



16 DE DEZEMBRO DE 2016

Sexta-feira

- ARTIGO: A RESISTÊNCIA À TERCEIRIZAÇÃO
- SETOR INDUSTRIAL CONSEGUE SIMPLIFICAÇÃO DO BLOCO K
- AVALIAÇÃO RUIM DO GOVERNO TEMER SOBE DE 39% PARA 46%, APONTA IBOPE/CNI
- GOVERNO REDUZ MULTA DO FGTS EM DEMISSÕES, MAS TRABALHADOR NÃO É AFETADO
- PACOTE DE TEMER TRAZ PREJUÍZOS AO TRABALHADOR, AFIRMAM ENTIDADES
- FIESP: MEDIDAS DO GOVERNO NÃO RESOLVEM TODOS OS PROBLEMAS, MAS SÃO UM COMEÇO
- CNI VÊ CONSUMIDOR MENOS CONFIANTE E MAIS PREOCUPADO COM INFLAÇÃO E DESEMPREGO
- EMPRESÁRIOS VOLTAM A FICAR PESSIMISTAS COM ECONOMIA DO PAÍS, REVELA CNI
- COM SISTEMAS DE CRM, EMPRESAS EXPANDEM NEGÓCIOS E APRIMORAM SERVIÇOS
- MEDIDAS AMPLIARÃO CRÉDITO EM R\$ 5,4 BI PARA PEQUENAS EMPRESAS, PREVÊ MINISTRO
- PROGRAMA PARA REGULARIZAR DÍVIDA TRIBUTÁRIA DEVE ARRECADAR R\$ 10 BILHÕES
- GOVERNO ANUNCIA REDUÇÃO DOS JUROS DO CARTÃO DE CRÉDITO
- MERCADO VÊ EFEITO SÓ NO LONGO PRAZO NO PACOTE ECONÔMICO LANÇADO PELO GOVERNO
- MEDIDAS VÃO CONFERIR GANHOS PARA CONTRIBUINTE E ARRECADAÇÃO, DIZ RACHID
- PACOTE ECONÔMICO TEM MÉRITOS, MAS NÃO RESOLVE A RECESSÃO
- BANCOS APOIAM PACOTE DO GOVERNO E ESPERAM OTIMISMO DE EMPRESÁRIOS
- MEIRELLES ANUNCIA CONSOLIDAÇÃO DE PORTAL ÚNICO DO COMÉRCIO EXTERIOR
- CCEE APONTA QUEDA DE 2% NO CONSUMO DE ENERGIA EM DEZEMBRO
- SALÁRIO DE BRASILEIRO É O QUE MAIS CAI DOS PAÍSES DO G-20, DIZ OIT

- TEMER ANUNCIA MEDIDAS DE ESTÍMULO CONTRA DESEMPREGO
- METALÚRGICOS DA FIAT APROVAM ACORDO SALARIAL EM BETIM
- INDÚSTRIA PAULISTA DEMITE 25.500 TRABALHADORES EM NOVEMBRO, REVELA FIESP
- MONTADORA IVECO DEMITE CERCA DE 300 FUNCIONÁRIOS DA FÁBRICA DE SETE LAGOAS
- EMBRAER REDUZ QUASE PELA METADE PLANO DE DISPENSA TEMPORÁRIA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
- MULTA MENOR DO FGTS INCENTIVA DEMISSÃO E TEM POUCO IMPACTO, DIZ PROFESSOR
- MINISTRO OSMAR TERRA CRITICA MUDANÇA EM BENEFÍCIOS SOCIAIS
- FIAT NÃO VÊ ALTA NA CONFIANÇA DO CONSUMIDOR, MAS PREVÊ EXPANSÃO DO MERCADO
- COBRE OPERA EM QUEDA COM AVANÇO DOS ESTOQUES NA ÁSIA E NA EUROPA
- PARA AGILIZAR PROCESSOS, MULTILASER INVESTE EM "ROBÔS" QUE COMANDAM HUMANOS
- LIMITADO PELA PEC DO TETO, ORÇAMENTO PARA 2017 PREVÊ SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 945,80
- DEPUTADOS DECIDEM DEIXAR RETOMADA DO PENTE-FINO DO INSS PARA 2017
- DIVISÃO DA USIMINAS EM COMPASSO DE ESPERA POR CSN
- FIAT CHRYSLER ADOTA NOVA ESTRATÉGIA PARA MANTER A LIDERANÇA DO MERCADO
- VALE CONCLUI VENDA DE FATIA EM MINERADORA POR US\$ 113 MI PARA HYDRO
- PRESIDENTE-EXECUTIVO DA NISSAN VÊ RECORDE DE VENDAS EM 2017
- MINÉRIO DE FERRO RECUA MAIS DE 2% EM BOLSA DA CHINA POR REDUÇÃO DAS COMPRAS NO MERCADO FÍSICO
- FCA ESPERA CRESCIMENTO DE FIAT E JEEP EM 2017
- NISSAN MURANO VAI MAL EM TESTE DE COLISÃO FRONTAL
- DÉFICIT NAS AUTOPEÇAS PASSARÁ DE US\$ 5 BI
- FIAT DESISTE DE PRODUIR DUCATO NO BRASIL
- SIEMENS E SÃO MARTINHO SE UNEM À ABIOGÁS
- SIMPLES TROUXE CONQUISTAS, MAS AINDA HÁ DESAFIOS PELA FRENTE, DIZ SEBRAE
- BMW E IBM FIRMAM PARCERIA COM FOCO EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
- VOLARE CRIA MICRO PARA MINAS CHILENAS
- BNDES FAZ CONVÊNIO COM BID PARA LINHA DE ATÉ US\$2,4 BI

CÂMBIO EM 16/12/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,3976	3,397
Euro	3,541	3,543

Fonte: BACEN

Artigo: A resistência à terceirização

16/12/2016 – O Estado de S. Paulo

A questão de poder terceirizar área fim da empresa é um calo no pé de muitos sindicalistas

Não há dúvida de que é necessário disciplinar o processo de terceirização no País. Mas há anos o assunto vai e volta, aparece e depois some, porque a resistência ao tema é muito forte. Caso seja eliminada a insegurança jurídica nesta questão, muitas empresas estarão mais tranquilas em se servir de tal prática de gestão. Isso é o que muitos sindicatos não querem, pois poderá mexer com a sua forma de sustento autoritária, o famigerado “imposto” sindical.

Quando se terceiriza trabalho na empresa, o recebimento do “imposto” sindical pode mudar de mãos. Deixa de ser pago para a entidade de representação profissional dos empregados da companhia e os que estão prestando serviços como terceiros pagam ao sindicato representante deles, não sendo este necessariamente o mesmo dos empregados efetivos da companhia. Por isso muitos dirigentes sindicais resistem à terceirização.

A polêmica maior gira em torno de se deveria ou não ser permitido terceirizar trabalhadores que desenvolvem atividades nas áreas fim da empresa. Ora, num mundo tecnológico, repleto de especializações, não faz sentido proibir a terceirização de serviços nos setores essenciais da companhia.

Há muitas atividades nas firmas que requerem elevado grau técnico para serem executadas, e não raro as empresas não dispõem de profissionais preparados para que sejam executadas com o esmero necessário. Em alguns casos, também há atividades que são sazonais e não compensa, para as empresas, contratar e formar profissionais para os seus quadros que as realizem.

Esta questão de poder terceirizar área fim da empresa, contudo, é um calo no pé de muitos sindicalistas. Novamente, trata-se aqui de para onde será canalizado o “imposto”. E não se trata só do “imposto” sindical, mas também da Contribuição Confederativa, da Contribuição Assistencial e, por vezes, da Contribuição Negocial, que vários sindicatos cobram quando se firma o acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

Vale observar que, quando se terceiriza o trabalho, não se está pondo fim aos tributos sindicais. Infelizmente, seguindo nosso ordenamento jurídico, eles só deixam de ser cobrados por um sindicato e passam a ser recolhidos por outro.

Certamente não veremos, de forma aberta, a crítica à terceirização pela sua real razão, ou seja, a disputa entre aqueles que se acham no direito de receber os tributos sindicais. Embora ela exista, não é declarada, mas sempre disfarçada, travestida pelas campanhas em prol das chamadas conquistas dos trabalhadores. O principal argumento desses opositores à terceirização é de que ela gera a precarização do trabalho.

Ora, a precarização pode ou não ocorrer com terceirizados ou com empregados efetivos da empresa. Conheço muitos profissionais que há anos trabalham como terceirizados, como prestadores de serviços, e que estão satisfeitos assim, não têm intenção de mudar de regime de trabalho. Conheço, ainda, muitas empresas que contratam serviços de terceiros e estes não se sentem inferiorizados como profissionais, quando comparados aos empregados efetivos da empresa.

Cumprе salientar, também, que há uma série de empresas prestadoras de serviços terceirizados que têm, por exemplo, PLR para os seus profissionais – enquanto há empresas que não têm terceirizados trabalhando e não possibilitam PLR aos seus empregados. Há vários outros exemplos que eu poderia citar mostrando que terceirização não é sinônimo de precarização do trabalho.

Pois bem, esta forma de resistência à terceirização, arquitetada por vários sindicatos, acaba por confundir a opinião pública. Assim eles conseguem não perder o sustento de seus cofres, por intermédio dos tributos sindicais. Mas, enquanto resistem, mediante a falácia de um proselitismo da precarização do trabalho, o tempo passa, as empresas vão perdendo sua competitividade e os empregos, em vez de surgirem, desaparecem.

**Sérgio Amad Costa- Professor de Recursos Humanos e Relações Trabalhistas da FGV-SP*

Setor industrial consegue simplificação do Bloco K

16/12/2016 – UOI Economia

O CONFAZ confirmou a simplificação do Bloco K do SPED, que pelos próximos dois anos será entregue apenas com os registros que tratam da movimentação de estoques. A simplificação foi uma conquista do setor industrial e foi resultado das negociações mantidas entre CNI, federações estaduais da indústria e GETAP com os fiscos federal e estaduais.

Com as alterações divulgadas hoje, dia 14/12/2016, o Bloco K simplificado entrará em vigor em janeiro de 2017 e será obrigatório somente para empresas com faturamento acima de R\$ 300 milhões/ano. Há previsão para que os registros que tratam da movimentação de estoques passem a ser entregues, a partir de janeiro de 2018, também pelas empresas com faturamento acima de R\$ 78 milhões/ano.

Vale ressaltar que não serão exigidos os registros que geram os maiores problemas para o setor industrial, como risco de quebra do segredo industrial, aumento de custos e maiores chances de autuações.

Esses registros são aqueles mais complexos, que exigiriam das empresas informações detalhadas sobre: a) lista padrão de insumos utilizados na fabricação de todos os seus produtos; b) as quantidades efetivamente produzidas de cada produto e c) as quantidades de insumos efetivamente consumidos na fabricação de cada produto.

É importante que o setor industrial continue mobilizado na discussão desse tema. Nos próximos dois anos será formado grupo de trabalho entre os fiscos federal e estaduais e o setor industrial para discutir a inclusão de novos registros no Bloco K a partir de 2019. Além disso, serão discutidas outras questões, como a possível obrigatoriedade do Bloco K simplificado para empresas com faturamento abaixo de R\$ 78 milhões/ano.

AJUSTE SINIEF Nº 25, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera o Ajuste SINIEF 02/09, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital - EFD. O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na sua 163ª Reunião Ordinária, realizada em Palmas, TO, no dia 9 de dezembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do § 7º da cláusula terceira do Ajuste SINIEF 02/09, de 3 de abril de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o inciso I:

" I - para os estabelecimentos industriais pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$300.000.000,00:

a) 1º de janeiro de 2017, restrita à informação dos saldos de estoques escriturados nos Registros K200 e K280, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);

b) 1º de janeiro de 2019, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 11, 12 e nos grupos 291, 292 e 293 da CNAE;

c) 1º de janeiro de 2020, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 27 e 30 da CNAE;

d) 1º de janeiro de 2021, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados na divisão 23 e nos grupos 294 e 295 da CNAE;

e) 1º de janeiro de 2022, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 31 e 32 da CNAE."

II - o inciso II:

"II - 1º de janeiro de 2018, restrita à informação dos saldos de estoques escriturados nos Registros K200 e K280, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da CNAE pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$78.000.000,00, com escrituração completa conforme escalonamento a ser definido;"

III - o inciso III:

"III - 1º de janeiro de 2019, restrita à informação dos saldos de estoques escriturados nos Registros K200 e K280, para os demais estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32; os estabelecimentos atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da CNAE e os estabelecimentos equiparados a industrial, com escrituração completa conforme escalonamento a ser definido."

Cláusula segunda Fica acrescentado o § 10 à cláusula terceira do Ajuste SINIEF 02/09, com a seguinte redação:

"§ 10 Somente a escrituração completa do Bloco K na EFD desobriga a escrituração do Livro modelo 3, conforme previsto no Convênio S/Nº, de 15 de dezembro de 1970.". Cláusula terceira Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, exceto quanto ao acréscimo do § 10 à cláusula terceira que produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Presidente do CONFAZ, em exercício, Manuel dos Anjos Marques Teixeira p/ Henrique de Campos Meirelles; Secretário da Receita Federal do Brasil - Jorge Antônio Deher Rachid, Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcos Antônio Garcia p/ George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes p/ Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Torres p/ Afonso Lobo Moraes, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz p/ Manoel Vitorio da

Silva Filho, Ceará - Francisco Sebastião de Souza Carlos p/ Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Paulo Roberto Ferreira, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro p/ Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira p/ Seneri Kernbeis Paludo, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon p/ Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto p/ José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Maria Rute Tostes da Silva p/ Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ferreira Dal Bianco p/ Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Bernardo Juarez D'Almeida p/ Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos p/ Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Sérgio Maurício Diniz Festas p/ Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Roberto Carlos Barbosa p/ Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Aline Karla Lira de Oliveira p/ Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Carlos Roberto Molim p/ Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Nivaldo Bianchi p/ Helcio Tokeshi, Sergipe - Silvana Maria Lisboa Lima p/ Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

Avaliação ruim do governo Temer sobe de 39% para 46%, aponta Ibope/CNI

16/12/2016 –Jornal do Comércio



A avaliação negativa do governo do presidente Michel Temer (PMDB) aumentou para 46% em dezembro, mostra pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada nesta sexta-feira (16). No levantamento anterior, realizado em setembro e divulgado em outubro, 39% avaliavam o governo como ruim ou péssimo. Nessa quinta-feira (15), Temer anunciou pacote de medidas para tentar ativar a economia.

A avaliação positiva do governo Temer caiu de 14% para 13% entre setembro e dezembro. A avaliação regular do governo do peemedebista também oscilou levemente para 35% em dezembro ante 34% na última pesquisa. Os que não souberam ou não responderam sobre a avaliação do governo representaram 6% dos entrevistados em dezembro, ante 12% em setembro.

A aprovação pessoal do presidente também piorou. Em dezembro, 64% dos entrevistados disseram desaprovar a maneira de Temer governar. Em setembro, esse percentual era de 55%. Já os brasileiros que aprovam o jeito do presidente de administrar o País oscilou de 28% para 26% de setembro para dezembro. Outros 10% não sabem ou não responderam essa questão em dezembro, ante 17% em setembro.

A confiança da população no presidente também diminuiu. Em dezembro, 23% dos entrevistados disseram confiar em Temer, queda de três pontos percentuais em relação ao levantamento de setembro (26%). Ao mesmo tempo, o percentual dos que não confiam no presidente aumentou de 68% para 72% entre as duas pesquisas. Os que não sabem ou não responderam essa questão foram 5% em dezembro, ante 6% em setembro.

A pesquisa traz ainda a comparação da administração Temer com o governo da presidente cassada Dilma Rousseff (PT). Em dezembro, o percentual dos que

avaliaram que o governo Temer é melhor do que o da petista diminuiu para 21%, ante 24% em setembro.

Ao mesmo tempo, os que consideram que o governo Temer é pior do que o da petista aumentou de 31% para 34% entre as duas pesquisas. Para 38% os dois governos são iguais, ante 42% na pesquisa anterior. Outros 3% não sabem ou não responderam em dezembro, ante 7% em setembro.

A perspectiva para o restante do governo Temer também piorou, segundo a pesquisa. Aqueles que acreditam que a perspectiva é ruim ou péssima aumentaram de 38% para 43% entre setembro e dezembro, enquanto os que preveem que o governo será ótimo ou bom diminuíram de 24% para 18%.

Os que preveem que o governo Temer será regular oscilaram de 30% para 32% dos entrevistados. Outros 7% não souberam ou não responderam em dezembro, ante 8% na pesquisa anterior.

A pesquisa Ibope/CNI foi realizada de 1º a 4 de dezembro, antes do vazamento da delação premiada do ex-diretor de Relações Institucionais da Odebrecht Claudio Melo, na qual ele citou Temer e ministros do governo. O levantamento ouviu 2.002 pessoas em 141 municípios. A margem de erro é de 2 pontos e o nível de confiança é de 95%.

Governo reduz multa do FGTS em demissões, mas trabalhador não é afetado

16/12/2016 –UOI Economia

O presidente Michel Temer anunciou nesta quinta-feira (15) medidas econômicas para tentar estimular a economia e sair da crise.

Um dos pontos é reduzir os 10% da multa do FGTS paga por empresas quando um funcionário é demitido sem justa causa. Temer disse que isso não afeta os trabalhadores, que continuarão recebendo os 40% da multa.

Hoje as empresas têm de recolher 50% sobre o total depositado por elas para o trabalhador demitido (40% vão para o empregado e 10% para o governo federal). Será a parte do governo que terá o corte. O presidente disse que será uma redução gradual, sem especificar o tempo e o percentual.

O desempenho da economia não melhorou, como esperado, no segundo semestre deste ano, tirando fôlego do cenário de maior otimismo visto com a mudança de governo (Michel Temer assumiu interinamente a Presidência em 12 de maio) e colocando em xeque as previsões de crescimento para o ano que vem.

O anúncio acontece num momento em que o governo tenta reverter um desgaste de imagem causado após a cúpula do Palácio do Planalto ter sido citada em delação premiada da Odebrecht.

No domingo (11), Temer fez uma reunião no Palácio do Jaburu com o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, o secretário do Programa de Parceria de Investimentos, Moreira Franco, e parlamentares para discutir a situação. Segundo o líder do PSD na Câmara, **Rogério Rosso**, o objetivo é reativar a economia "de forma imediata", com geração de emprego e de renda.

Pacote de Temer traz prejuízos ao trabalhador, afirmam entidades

16/12/2016 – Folha de S. Paulo

As medidas de estímulo econômico divulgadas pelo governo nesta quinta-feira (15) não foram bem recebidas por representantes de consumidores e trabalhadores.

Entre as propostas anunciadas pelo presidente Michel Temer, estão redução da multa paga pela empresa na demissão sem justa causa, distribuição de 50% do lucro do FGTS e descontos maiores para pagamento em dinheiro, em lugar de cartão e cheque.

O objetivo do pacote é reaquecer a economia, que está em recessão desde 2014 e, estimam analistas, continuará encolhendo no início de 2017.

Nesse sentido, a redução gradual da multa de 10% sobre o FGTS paga pelo empregador ao demitir um funcionário sem justa causa teria por finalidade estimular novas contratações, ao reduzir os custos do empresário.

Atualmente, esses recursos são direcionados para o financiamento de projetos de habitação popular.

Assim, a medida não traz prejuízo direto ao empregado, mas elimina gradualmente uma fonte de recursos importante para iniciativas que beneficiam trabalhadores mais pobres, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Essa é a mesma razão pela qual ele critica a distribuição de 50% dos lucros do FGTS para os trabalhadores. Para Ganz Lúcio, embora a proposta beneficie o profissional individualmente, ela tira recursos de um fundo importante usado para investimentos em habitação, saneamento básico e infraestrutura.

"Se eu distribuir esse recurso ao trabalhador, eu dou capacidade de consumo e isso anima a economia, mas ao investir eu gero um crescimento dinamizador e mais sustentável", afirma. "Mais que para o trabalhador, distribuir o lucro é muito mais interessante para os bancos".

Já Claudio Gomes, representante da CUT no conselho curador do FGTS, defende a medida e diz que ela é um pleito antigo de sindicalistas.

A Proteste (entidade de defesa do consumidor) criticou a possibilidade de descontos maiores para compras feitas em dinheiro, em detrimento do cartão e cheque.

"É uma luta longa da Proteste, para que todos os pagamentos tenham o mesmo desconto", diz Henrique Lian, gerente da entidade.

Para a entidade, o consumidor tem um custo de anuidade com o cartão, enquanto o lojista economiza ao ser dispensado de fazer a análise de crédito do cliente.

Lian defendeu ainda medidas que possam reduzir os juros do rotativo do cartão, que hoje superam os 400% ao ano. "Existe o risco do banco, mas a grande fatia desse juro é spread", diz o gerente sobre os ganhos dos bancos.

-

Conheça as principais medidas FGTS

>50% do resultado do FGTS será incorporado à conta do trabalhador. Segundo o governo, a medida pode elevar o rendimento (hoje de Taxa Referencial + 3% ao ano) para TR + 5% a 6%, próximo da poupança (TR + 6,17%)

>Como forma de estimular o setor privado, a multa extra de 10% que as empresas pagam quando demitem um trabalhador sem justa causa será gradualmente reduzida em um ponto percentual, até acabar, depois de dez anos. O governo pretende instituir mudanças através de um projeto de lei complementar

DESCONTOS

O governo quer regularizar os descontos que lojistas oferecem de acordo com o meio de pagamento do cliente (dinheiro, boleto, cartão de débito ou crédito). O objetivo seria estimular a competição entre diferentes meios de pagamento

NOME LIMPO

Empresas e consumidores poderão usar prejuízos de anos anteriores para liquidar parte das suas dívidas com o fisco. A medida vale para passivos vencidos até 30 de novembro de 2016. Dívidas previdenciárias também poderão ser quitadas com créditos fiscais. Com a medida, o governo prevê arrecadar R\$ 10 bilhões

E-SOCIAL

Emissão de guias e tributos será unificada e poderá ser feita pela internet nos moldes do eSocial, programa usado para recolher contribuição previdenciária de trabalhadores domésticos. O teste começa em julho de 2017 e se tornará obrigatório para todas as empresas a partir de julho de 2018

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

O governo quer regulamentar a Letra Imobiliária Garantida (LIG) para ampliar a oferta de crédito de longo prazo para a construção civil. Para isso, será feita uma consulta pública em janeiro de 2017 e, depois, cabe resolução do Conselho Monetário Nacional

PARA LOJISTAS

Para antecipar capital de giro aos comerciantes, o prazo para as bandeiras de cartão de crédito repassarem os valores pagos será reduzido dos atuais 30 dias para cerca de 2 dias. A expectativa do governo é a medida reduza também o custo do crédito rotativo ao consumidor

PEQUENO EMPRESÁRIO NO BNDES

>O limite de enquadramento da empresa será ampliado de um faturamento de R\$ 90 milhões para R\$ 300 milhões

>O limite do Cartão BNDES passará de R\$ 1 milhão para R\$ 2 milhões

>Será criado o Cartão BNDES para produtores rurais

>Empresas com faturamento de até R\$ 300 milhões poderão solicitar refinanciamento de todas as parcelas vencidas ou a vencer com recursos do BNDES contratadas por meio de agentes financeiros

RISCOS

>Será criada uma central de registro de duplicatas, com acesso a todas as partes. Um dos objetivos é reduzir o spread bancário (diferença entre o que os bancos pagam para captar recursos e o que cobram na ponta)

>O consumidor será incluído automaticamente no Cadastro Positivo e caberá a quem não quiser fazer parte pedir a exclusão

Fiesp: medidas do governo não resolvem todos os problemas, mas são um começo

16/12/2016 – Tribuna PR

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, disse nesta quinta-feira, 15 que as medidas microeconômicas anunciadas hoje pelo governo “não resolvem todos os problemas, mas é um começo para estimular a economia” e ajudarão as empresas a atravessar o atual momento.

Em nota, o empresário destacou três medidas do pacote: o parcelamento de atrasados tributários com possibilidade de compensação com outros tributos e de prejuízos de

exercícios anteriores; a possibilidade de renegociação de dívidas vencidas e a vencer com o BNDES; e o fim escalonado da multa de 10% do FGTS em caso de demissão sem justa causa.

Além disso, Skaf considera que o governo apresentou outras medidas também importantes, mas de impacto mais difuso e de prazo mais longo, como por exemplo a redução de burocracia e a promessa de busca de redução dos juros do cartão de crédito. "A situação da economia brasileira continua muito delicada, e sem dúvida não existe uma medida isolada que possa reanimá-la", disse.

CNI vê consumidor menos confiante e mais preocupado com inflação e desemprego

16/12/2016 – Tribuna PR

A confiança do consumidor brasileiro caiu novamente em dezembro. O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), recuou 2,8% neste mês em relação a novembro, chegando a 100,3 pontos.

É a segunda queda consecutiva do indicador. De acordo com a CNI, a perda de confiança nos últimos dois meses é "preocupante, pois deve representar um novo freio ao consumo das famílias nos próximos meses".

A queda do Inec é reflexo, segundo o estudo, de uma maior preocupação dos brasileiros com relação à inflação, ao desemprego, à renda pessoal e ao endividamento. Na comparação com novembro, o componente de expectativa de inflação caiu 6,1% e o de desemprego, 7,8%. Quanto maior é o recuo no índice, maior é o número de pessoas que esperam crescimento da inflação e do desemprego.

Também caíram em dezembro os indicadores de expectativa da renda pessoal (-3,5%), de endividamento (-1,3%) e de compras de maior valor (-1,7%), como automóveis, móveis e eletrodomésticos.

O único componente que não sofreu queda foi o índice de situação financeira, que aumentou 1,1%, "refletindo uma pequena melhora na percepção dos consumidores sobre suas condições financeiras".

A CNI explica que o Inec antecipa tendências de consumo e sua queda preocupa, porque consumidores pouco confiantes, com perspectivas negativas em relação ao emprego e à situação financeira, tendem a comprar menos, o que enfraquece a atividade econômica.

Esta edição do estudo, elaborada em parceria com o Ibope, ouviu 2.002 pessoas em 141 municípios entre os dias 1º e 4 de dezembro.

Empresários voltam a ficar pessimistas com economia do País, revela CNI

16/12/2016 – UOI Economia

O empresário da indústria voltou a mostrar pessimismo com a economia do País agora em dezembro depois de quatro meses de confiança. Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgada na manhã desta quinta-feira, 15, mostra que o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) caiu para 48 pontos neste mês e voltou a ficar abaixo da marca dos 50 pontos do estudo, que separa o otimismo do pessimismo.

Segundo a CNI, desde setembro, quando alcançou 53,7 pontos, o índice acumula uma queda de 5,7 pontos. Os indicadores da pesquisa variam de zero a cem pontos. Quando estão abaixo de 50 pontos, apontam falta de confiança.

De acordo com a entidade, a variação negativa do Icel em dezembro é decorrente da piora da percepção do empresariado sobre a situação atual e das expectativas de desempenho de seus negócios e da economia para os próximos seis meses. O índice de condições atuais das empresas e da economia caiu de 43,8 pontos em novembro para 40,7 pontos neste mês. O índice de expectativas recuou de 55,8 pontos para 51,6 pontos.

O estudo mostra ainda que a falta de confiança é maior entre as empresas de pequeno porte, com queda no indicador de 48,7 pontos em novembro para 44,4 pontos em dezembro. Nas grandes empresas, o Icel recuou de 53,5 para 50,3 pontos. Nas médias, o indicador passou de 51 pontos para 46,7 pontos.

Esta edição da pesquisa ouviu 2.971 empresas em todo o País entre os dias 1º e 12 de dezembro. Dessas, 1.174 são pequenas; 1.112, médias; e 685, grandes.

Com sistemas de CRM, empresas expandem negócios e aprimoram serviços

16/12/2016 –UOI Economia

Com sistemas de CRM, empresas expandem negócios e aprimoram serviços

Quando os primeiros sistemas de informação foram desenvolvidos, um dos principais objetivos era facilitar o controle do fluxo de vendas das empresas. A tecnologia passou a ser aliada da gestão e, com o passar do tempo, outra necessidade foi identificada: a de desenvolver tais sistemas para que também fossem capazes de trabalhar o relacionamento com clientes. Assim surge o conceito de CRM - Customer Relationship Management (Gestão de Relacionamento de Clientes).

Estas soluções tecnológicas passaram a integrar estratégias de setores como marketing e comercial, trabalhando com duas características: aquisição e interação. A primeira está ligada à automatização de canais de atendimento e a segunda, resumidamente falando, trata da análise dos dados coletados por esses canais.

A partir daí, empresários são capazes de interpretar as informações captadas, organizá-las e, então, usá-las no momento da tomada de decisões. Todo esse processo visa melhorar a forma de entender as necessidades do cliente e como abordá-lo com eficiência- além de reconhecer a abrangência e aceitação do produto/serviço oferecido.

O impacto dos sistemas de CRM pode resultar em mudanças significativas como, por exemplo, a própria expansão dos negócios e estabilidade no mercado. Pode-se citar como exemplo o caso da empresa Costa Brava que contou com uma consultoria especializada para detectar melhores caminhos para captar informações relevantes sobre o cliente e utilizá-las como forma de melhorar o relacionamento com os mesmos. Soluções tecnológicas para problemas estratégicos

Com a matriz localizada em Campinas, SP, a Costa Brava é uma empresa que desde 1988 atua no segmento de gestão de viagens. Com um quadro de aproximadamente 100 colaboradores alocados entre a "Corporação" e os "Postos de Atendimento" dentro das empresas clientes, a agência procura aprimorar seus serviços investindo em tecnologia e na qualificação dos seus funcionários.

Apesar dos diferentes sistemas que a companhia possui, faltava uma peça para conhecer melhor os prospects e centralizar as informações dos clientes, trazendo informações da sua origem, do seu perfil, comportamento de compras e principalmente que registrasse a relação do cliente com a empresa, permitindo interações assertivas e personalizações de ofertas.

Com este objetivo, a empresa iniciou a busca por uma solução de CRM. A equipe de profissionais da Futurum, parceiro Microsoft, foi a escolhida para diagnosticar as

necessidades da Costa Brava e realizar a implantação do "Dynamics CRM Online", tendo como piloto a área de viagens pessoais.

A premissa era realizar implantações valorizando os recursos nativos da ferramenta - uma vez que a mesma oferecia diversas características robustas para a Costa Brava ter uma visão 360 graus do cliente. Consequentemente, seria capaz de fazer múltiplas análises sobre suas contas, aprimorando as áreas comerciais, de marketing e de atendimento.

Foi iniciado, então, o módulo comercial com o objetivo de capturar informações de perfil e de comportamento do cliente - desde o primeiro momento, quando é elaborado o planejamento da viagem. O sistema também passou a garantir que todas as etapas ? Escolha do destino, planejamento, envio dos vouchers e viagem em si ? oferecessem uma experiência singular.

Com esta estratégia, o sistema foi ampliado para atender as áreas de Viagens Corporativas, garantindo que todo o contrato fosse acompanhado de perto pela equipe comercial. A ferramenta Microsoft Dynamics CRM permitiu o monitoramento de solicitações, demandas e eventuais incidentes dos seus clientes. A gestão da tecnologia Dynamics na agência agregou valor ao negócio e possibilitou um atendimento mais satisfatório ao cliente.

O Microsoft Dynamics CRM, por sua vez, é uma solução que visa a melhoria da gestão de relacionamento com clientes, permitindo que funcionários de vendas, marketing e serviços colaborem através de uma interface intuitiva - além de oferecer inúmeros recursos de análises preditivas para otimizar processos e maximizar os resultados das empresas.

Medidas ampliarão crédito em R\$ 5,4 bi para pequenas empresas, prevê ministro

16/12/2016 - Tribuna PR

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse nesta quinta-feira, 15, que as medidas para facilitar o crédito para micro e pequenas empresas "representam a ampliação de crédito na ordem de R\$ 5,4 bilhões para esse conjunto de empresas". "O processo de refinanciamento estará disponível para empresas a partir de fevereiro", afirmou.

Segundo o ministro, as operações serão refinanciadas sem equalização do Tesouro Nacional. "Valores refinanciados terão TJLP mais spread", afirmou, destacando que as medidas terão como resultado ampliação de liquidez.

Dyogo Oliveira disse ainda que o volume de crédito total suscetível para ser refinanciado é da ordem de R\$ 100 bilhões. "Hoje as empresas sofrem grande aperto de liquidez, medidas todas têm como resultado ampliação de liquidez", afirmou.

O programa de microcrédito produtivo será reforçado com aumento dos recursos direcionados do depósito compulsório e com ampliação do universo de empreendedores que poderão ter acesso ao crédito. Segundo o ministro 2 pontos percentuais do depósito compulsório à vista serão direcionados ao programa de apoio ao empreendedor.

"É um programa que tem custo baixo para as instituições financeiras que repassam recursos para operações de valor bastante reduzido e que se tornam investimentos de pequenos negócios", disse o ministro durante anúncio do pacote de medidas no Palácio do Planalto.

Além de aumentar o volume de recursos, o alcance do programa será ampliado e o limite de faturamento anual das empresas que têm acesso ao crédito subirá de R\$ 120 mil para R\$ 200 mil. Além disso, o limite total de endividamento dessas operações aumentará de R\$ 40 mil para R\$ 87 mil e cada operação única poderá ser de até R\$ 20,38 mil reais ante limite anterior de R\$ 15 mil.

Programa para regularizar dívida tributária deve arrecadar R\$ 10 bilhões

16/12/2016 – O Estado de S. Paulo

Estimativa foi anunciada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, durante coletiva sobre medidas para estimular a economia

O governo deve arrecadar R\$ 10 bilhões com um novo programa de regularização de débitos tributários. A estimativa foi anunciada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, durante coletiva nesta quinta-feira, 15, para a explicação de medidas de estímulo à economia.

O programa vai beneficiar empresas e pessoas físicas que devem impostos que venceram até 30 de novembro de 2016. Segundo apresentação feita pela equipe econômica, o programa permitirá parcelamento dos débitos em até 96 meses.

Também é previsto o uso de qualquer crédito de tributo da Receita Federal ou decorrentes de prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para abatimento de dívidas previdenciárias.

Segundo o governo, no caso de empresas com prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, haverá duas opções para regularizar a situação tributária. A primeira prevê pagamento de sinal de 20% da dívida à vista e parcelamento do restante da dívida em até 60 meses.

A segunda opção prevê pagamento de uma entrada equivalente a 24% da dívida em 24 meses, sendo 9,6% no primeiro ano (cada parcela de 0,8% da dívida), 14,4% no segundo ano (parcela de 1,2% da dívida) e o saldo remanescente parcelado em até 60 meses a partir do 25º mês.

Para as demais empresas e pessoas físicas, a primeira opção prevê sinal de 20% da dívida à vista e parcelamento do montante restante em 96 parcelas mensais equivalentes a 0,83% da dívida.

Na segunda opção, o governo oferece a possibilidade de pagamento de entrada de 21,6% da dívida em 36 meses, sendo 6% no primeiro ano, 7,2% no segundo ano e 8,4% no terceiro ano. O montante restante será parcelado em 84 pagamentos lineares - sendo cada parcela equivalente a 0,93% da dívida.

As dívidas que podem ser incluídas são apenas as administradas pela Receita Federal. No caso de prejuízos, só serão aceitos aqueles apurados até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 30 de junho de 2016 e registrados pela própria empresa ou do mesmo grupo econômico.

Para permanecer no programa, a empresa deve manter regularidade nos pagamentos e não pode estar inadimplente em mais de três parcelas consecutivas ou seis pagamentos alternados. Em caso de litígio na Justiça da pendência tributária, a adesão ao programa exigirá a desistência do caso.

16/12/2016 –Tribuna PR



O governo anunciou nesta quinta-feira, 15, uma série de medidas para tentar estimular a economia brasileira. Ao lado do presidente Michel Temer, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, destacou que o pacote não foi pensado recentemente e que as medidas fazem parte de um programa. As ações microeconômicas visam aumentar produtividade e a capacidade do País de crescer.

Entre as medidas está o aumento da remuneração do FGTS. Hoje, os trabalhadores que têm recursos depositados no fundo têm o dinheiro remunerado a uma taxa de 3% ao ano mais a TR (taxa referencial). A proposta é distribuir uma parcela de 50% do lucro líquido do fundo aos poupadores para elevar a rentabilidade do FGTS para algo perto do que é pago pela poupança (6% ao ano mais a TR).

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, ressaltou que a nova disposição não alterará as atuais políticas de investimento do Fundo. "Vai ser apenas o resultado líquido após pagamento de todas as despesas do fundo. Também não prejudicará as políticas de financiamento", disse.

Redução da multa do FGTS

Além disso, o governo anunciou a redução gradual da multa adicional de 10% do FGTS, pago na demissão de empregados, com redução de 1 ponto porcentual ao ano. O pacote inclui ainda medidas de incentivo ao crédito imobiliário, redução do *spread bancário* (margem dos bancos no crédito), redução dos juros no cartão de crédito e a regularização tributária para que empresas e pessoas físicas façam pagamentos parcelados de dívidas vencidas.

Letra Imobiliária Garantia vai turbinar o crédito habitacional

No crédito habitacional, o governo anunciou a regulamentação da Letra Imobiliária Garantia (LIG), ferramenta que permite uma alternativa de fonte de recursos para o financiamento do setor. Atualmente, a caderneta de poupança e o FGTS são os dois principais financiadores do crédito imobiliário. A LIG entrará em audiência pública em janeiro, para depois ser apreciada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Redução do spread bancário

Meirelles citou ainda medidas para reduzir o *spread* bancário (diferença entre o custo de captação dos bancos e o que é efetivamente cobrado de famílias e empresas). "Para redução do *spread* bancário, temos a criação da duplicata eletrônica. Vamos criar uma central de registro de duplicatas de recebíveis pelas empresas, em um ambiente em que todos possam acessar e atestar a existência desta garantia", explicou Meirelles.

"Portanto, permitindo a concessão de crédito a taxas mais baixas. Isso será objeto de uma medida provisória."

Segundo o ministro, a central de registros de duplicatas vai favorecer principalmente as micro e pequenas empresas.

Cadastro positivo dará melhores condições de crédito

Para as pessoas físicas, Meirelles afirmou que será aperfeiçoado o cadastro positivo. "Ele permite a qualquer credor analisar o histórico da pessoa, se de fato é um bom

pagador”, citou o ministro. “Existe o cadastro negativo, onde se vê se alguém tem algum problema. E hoje, o cadastro positivo tem um processo muito complicado. A ideia é um registro automático”, acrescentou.

Meirelles esclareceu ainda que a pessoa física terá a possibilidade de não permitir, se for de sua vontade, o acesso ao seu histórico de crédito. “Caso contrário, (o cadastro positivo) facilita e muito o processo de obtenção de crédito”, acrescentou. “Os spreads bancários tendem a ser mais baixos.”

Condições para o lojista dar desconto

Outro foco de atuação será a área de cartões de crédito. “Primeiro, a questão de diferenciação de preço. Hoje é proibido diferenciar o preço”, disse Meirelles, citando a impossibilidade atual de que o lojista ofereça descontos numa compra caso a forma de pagamento seja à vista.

“A medida vai permitir que o lojista possa oferecer desconto. Ele vai usar se quiser. E regulariza a prática, principalmente do pequeno comércio, que faz isso mesmo não sendo permitido.” Para Meirelles, a competição vai aumentar entre os diversos meios de pagamento.

Meirelles disse ainda que, na compra de um bem, o lojista leve hoje 30 dias para receber o valor, no caso de operações com cartão de crédito. “Isso gera um custo em que isso é cobrado no preço (ao consumidor final). Isso (a mudança) vai permitir que, ou o prazo seja reduzido, ou seja baixada a taxa de juros no cartão de crédito”, disse Meirelles.

“Estamos trabalhando com BC e Fazenda, envolvendo todos os agentes que operam a cadeia do cartão de crédito. Todos trabalhamos nisso. Em dez dias, devemos lançar qual será a solução para baixar o custo.”

Comércio exterior

O governo anunciou que promoverá medidas para desburocratizar o comércio exterior, com redução mínima de 40% do tempo para o procedimento de importação e exportação. Também haverá a ampliação do microcrédito produtivo de R\$ 120 mil para R\$ 200 mil de faturamento por ano.

Mercado vê efeito só no longo prazo no pacote econômico lançado pelo governo

16/12/2016 –Tribuna PR

Em meio à crise política gerada por denúncias contra o núcleo do governo, e com a recuperação econômica mais lenta do que o esperado, o presidente Michel Temer lançou nesta quinta-feira, 15, um pacote com uma série de medidas para tentar reduzir o endividamento de empresas e pessoas, a burocracia e estimular a atividade econômica.

Após ser aconselhado por auxiliares, Temer fez o anúncio pessoalmente, ao lado dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Temer disse que as medidas foram estudadas pela área econômica do governo para aumentar a produtividade do país e combater o desemprego “Depois da recessão é que nasce o crescimento e o emprego”, afirmou. Para o mercado, porém, as medidas, apesar de positivas, só devem provocar algum efeito, se forem realmente implementadas, no longo prazo.

A lista anunciada pelo governo inclui novidades, como a distribuição do lucro do FGTS entre os trabalhadores cotistas. No pacote, foram incluídas também medidas que ainda não estão prontas – como a redução do prazo para que lojistas recebam dinheiro de compras feitas no cartão de crédito – e outras requestradas, como a integração de

órgãos, criação de cadastros nacionais de imóveis e redução de tempo de exportação e importação, já anunciadas por governos anteriores.

Também serão adotadas iniciativas para tentar reduzir as taxas de juros cobradas por bancos. Foi incluído ainda um novo programa de regularização de dívidas para empresas e pessoas físicas. O governo se esforçou para diferenciar o programa de Refis anteriores e ressaltou que não há perdão de multas e juros.

Mas há a possibilidade de parcelar dívidas tributárias em prazo que pode chegar a até 96 meses. Para as empresas, foi permitido usar o prejuízo fiscal e outros créditos tributários para o pagamento de débitos, possibilidade já usada em programas anteriores. O governo prevê arrecadar R\$ 10 bilhões com a adesão ao programa e a avaliação é que, sem isso, as empresas não teriam condições de pagar os tributos.

As empresas que devem ao BNDES também poderão renegociar suas dívidas. No caso das empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, somente serão refinanciados os empréstimos feitos no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), um dos principais incentivos adotados no governo Dilma Rousseff. Dessa vez, porém, não haverá taxas subsidiadas pelo Tesouro.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, evitou fazer projeções sobre o impacto do pacote, mas disse que as medidas poderão elevar o PIB potencial brasileiro em até 1 ponto porcentual nos próximos anos.

Medidas vão conferir ganhos para contribuintes e arrecadação, diz Rachid

16/12/2016 –Tribuna PR

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, afirmou nesta quinta-feira, 15, que com as medidas anunciadas hoje, o governo imagina que haverá “um ganho para o contribuinte e para a arrecadação”. “Se os contribuintes tiverem créditos tributários a serem compensados poderão utilizar para pagar dívidas”, afirmou, ressaltando que o objetivo é estimular para que haja uma adesão célere.

Segundo Rachid, a novidade do pacote anunciado nesta quinta é que se possa também compensar os débitos previdenciários. “A Receita precisa devolver esse crédito, ele pode compensar com outros débitos” afirmou, ressaltando que isso é um direito do contribuinte. “Estamos dando liquidez a um direito dele para matar essa sua dívida tributária.”

O secretário do Tesouro disse que contribuinte já pode utilizar base de cálculo negativa quando tem lucro e não haverá redução e multa e juros. “É um programa de regularização tributária que respeita os contribuintes que pagaram”, afirmou. “É completamente diferente do Refis.”

O ministro da fazenda, Henrique Meirelles, fez questão de frisar que a medidas não desincentivam o contribuinte a cumprir suas obrigações.

Rachid também afirmou que o programa de regularização de dívidas tributárias visa contribuintes em dívida com o órgão.

“O contribuinte, uma vez regularizado, poderá participar de processos licitatórios. Estamos estimulando que ele faça uma adesão mais célere”, afirmou, durante coletiva para detalhar as ações do pacote econômico anunciado nesta quinta pelo governo. “Se contribuintes tiverem créditos tributários ou prejuízo fiscal, poderão utilizar para abater suas dívidas”, explicou.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a expectativa é que haja um ganho em matéria de arrecadação para o governo. “A expectativa é que, no momento

em que se equacione grande parte do débito, o processo será vital para o crescimento”, disse.

“Havendo possibilidade da regularização tributária, primeiro paga 20% à vista. Na realidade, é um ganho tributário. A empresa regulariza sua situação”, reforçou.

Meirelles reforçou ainda que a possibilidade de permitir o saque de parte dos recursos do FGTS “no momento, ainda não foi decidida”. “Vamos anunciar algo na próxima oportunidade”, afirmou.

Pacote econômico tem méritos, mas não resolve a recessão

16/12/2016 – Gazeta do Povo

O melhor do pacote é a combinação de redução na burocracia e alívio no caixa de empresas



A equipe do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tocou em pontos importantes na lista com mais de uma dezena de medidas apresentada nesta quinta (15): reconhece o peso da burocracia brasileira sobre a produtividade, tenta agir pontualmente sobre o custo exorbitante do dinheiro no país (o spread bancário), oferece uma boia para empresas com débitos fiscais e algum crédito para quem precisa renegociar dívidas ou busca dinheiro mais barato.

Algumas medidas são problemáticas porque podem sofrer oposição e até ações de inconstitucionalidade. Os três casos que chamam mais a atenção são a liberação para a cobrança de preços diferentes de acordo com o meio de pagamento, a redução de prazo para o recebimento por cartão de crédito, e a mudança na lógica do cadastro positivo – em vez de pedir sua inclusão no sistema, o cidadão terá de pedir sua exclusão. As duas teriam pouco efeito imediato sobre o desempenho da economia.

Os boatos dos últimos dias indicavam que o pacote teria mais medidas de curto prazo, como a autorização do uso do FGTS para o pagamento de dívidas e a criação de uma faixa de renda mais alta para o Minha Casa Minha Vida. Nesses casos, o pacote foi mais brando.

Apenas será instituída uma distribuição mais justa do lucro do fundo para seus cotistas (o que ainda está longe de resolver as contradições do FGTS), que elevará os saldos no longo prazo. A redução da multa extra de 10% para demissões sem justa causa será feita em dez anos e, por isso, é um paliativo de longo prazo. No setor da construção, a regulamentação da Letra Imobiliária Garantida (LIG) é promessa antiga e só deve ter efeito quando o setor voltar a crescer.

As medidas mais contundentes são uma nova renegociação de dívidas tributárias, incluindo a compensação de prejuízos, e novas regras para crédito do BNDES. Será um alívio para empresas com resultados ruins e que precisam regularizar sua situação tributária para voltar a ter crédito na praça. O acesso mais fácil para linhas do BNDES vai ajudar empresas com poucas opções de financiamento. E faz muita diferença o banco estar disposto a renegociar dívidas.

O alívio de caixa para as empresas, portanto, é o que veio de melhor no pacote. As outras medidas que reduzem a burocracia servem para dar mais agilidade a alguns processos (pagamento de impostos, exportações), o que diminui alguns custos, mas não trazem demanda para as empresas no curto prazo.

Nada do que foi anunciado, no entanto, resolve o problema principal na economia: falta de estabilidade política e de confiança para a retomada de investimentos. O efeito dessas medidas, se todas forem adiante, será apenas marginal sobre o crescimento econômico nos próximos dois anos. Mas elas são bem-vindas porque mostram que o governo entendeu que precisa soltar as amarras do setor privado para quando o cenário geral melhorar.

Bancos apoiam pacote do governo e esperam otimismo de empresários

16/12/2016 –Folha de S. Paulo

Banqueiros receberam bem o pacote do governo. A avaliação é que medidas de estímulo eram necessárias para reavivar o ânimo do mercado e dos empresários. Para o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, as soluções apresentadas têm potencial para iniciar "a virada das expectativas".

"Precisamos voltar a trabalhar, fazer as contas do negócio, definir estratégias, investimentos e criar empregos", afirmou o banqueiro em nota.

Ele elogiou especialmente as medidas de renegociação de dívidas tributárias e de débitos com o BNDES, vistas por ele como "inteligentes".

Já a Abecs (associação que representa a indústria de cartão de crédito) afirmou que "entende as medidas recém-anunciadas pelo governo federal e está pronta para debater com o Banco Central os assuntos pertinentes a ela".

Nos bastidores, ainda há cautela sobre os efeitos concretos das medidas para reduzir os juros do cartão de crédito. A mensagem é que tudo irá depender das discussões nas próximas semanas.

O rotativo do cartão tem taxas de juros que superam 400% ao ano, as mais caras do sistema financeiro.

Por isso, o presidente da Abecs, Marcelo Noronha, afirmou, em junho, que os bancos estudam acabar com a linha, uma medida de autorregulação do setor.

O fim do rotativo do cartão não é, no entanto, um consenso entre os bancos.

Meirelles anuncia consolidação de portal único do comércio exterior

16/12/2016 –Tribuna PR

Entre as medidas anunciadas nesta quinta-feira, 15, pelo governo, para impulsionar a economia, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, citou ações voltadas para o comércio exterior. A primeira delas é a criação de um portal único, em que "você acessa a internet para encaminhar documentos e dados exigidos para comércio exterior". "A ideia é reduzir em 40% o tempo para o processo de exportação e importação", afirmou Meirelles.

O ministro citou ainda o estabelecimento de um operador econômico autorizado. "A ideia é facilitar os procedimentos para entrada e saída de bens no País. É integrar isso com a vigilância sanitária, outros órgãos, para ser feito de forma rápida e eficiente", disse.

Meirelles destacou ainda o esforço, feito pelo governo, no ajuste fiscal. "O ajuste fiscal é importante, a reforma previdenciária, a PEC do Teto", disse. "Tudo isso é base. Mas existe um trabalho que começa a ser anunciado agora", afirmou, em referência às ações voltadas para a área microeconômica.

Ao falar sobre as ações na área de cartão de crédito, Meirelles citou ainda uma medida já implementada. "A questão de (o consumidor) chegar com o cartão na loja, e a mesma máquina ser utilizada nos diferentes cartões de crédito. Isso aumenta a competição", disse.

Meirelles afirmou ainda que as medidas macroeconômicas foram feitas para baixa do déficit do País e, com isso, permitir a redução da Selic.

CCEE aponta queda de 2% no consumo de energia em dezembro

16/12/2016 –Tribuna PR

Dados preliminares de medição coletados entre os dias 1º e 13 de dezembro indicam queda de 2% no consumo e de 2,5% na geração de energia elétrica no País, na comparação com o período de 3 a 15 de dezembro de 2015, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Na primeira metade de dezembro, o consumo de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) alcançou 60.732 MW médios, abaixo dos 62 mil MW de igual etapa do ano passado. No mercado cativo, no qual os consumidores são atendidos pelas distribuidoras, houve queda de 6,8% no período, o que, segundo a CCEE é reflexo da migração de consumidores para o mercado livre. "Caso esse movimento não fosse considerado, a queda seria de 0,8%", informou.

Já no Ambiente de Contratação Livre (ACL), no qual consumidores compram energia diretamente dos fornecedores, houve aumento de 14,2% no consumo que, sem o registro de novas cargas oriundas do mercado cativo, apresentaria queda de 4,1%.

Dentre os ramos da indústria monitorados pela CCEE, incluindo autoprodutores, comercializadores varejistas, consumidores livres e especiais, a câmara de comercialização observou recuperação dos setores têxtil (+8,3%), madeira, papel e celulose (+6,4%) e de veículos (+3,7%), sugerindo que mesmo sem os efeitos da migração de consumidores para o mercado livre, esses segmentos apresentaram crescimento do consumo.

A entidade aponta que os setores de comércio (101%), serviços (62,3%) e telecomunicações (54%) registraram os maiores índices no período, mas ponderou que os números são vinculados à migração dos consumidores para o mercado livre. Por outro lado, a instituição apontou queda no consumo entre os setores de transportes (-4,7%), metalurgia e produtos de metal (-3,7%), químico (-3,7%) e extração de minerais metálicos (-1,2%).

Do ponto de vista da geração, o volume gerado somou 63.050 MW médios ao SIN. A queda foi puxada pela menor produção das usinas térmicas, da ordem de 31,7%, reflexo da menor produção das usinas nucleares (-67,7%), a óleo diesel (-43,2%) e a gás (-32,7%).

Já o destaque positivo ficou com a produção eólica (15,5%) e hidráulica (+6,4%) que, incluindo as Pequenas Centrais Hidrelétricas, alcançou 48.922 MW médios com representatividade de 77,6% sobre toda energia gerada no País, índice 6,5 pontos percentuais superior ao registrado no ano passado.

A CCEE também apresenta estimativa de que as usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) gerem, em dezembro, o equivalente a

96,9% de suas garantias físicas, ou 47.759 MW médios em energia elétrica. Para fins de repactuação do risco hidrológico, este percentual foi de 90,6%.

Salário de brasileiro é o que mais cai dos países do G-20, diz OIT

16/12/2016 –Tribuna PR

O trabalhador brasileiro sofreu a maior queda de salários em termos reais entre os países do G-20 em 2016 e, em 2015, já esteve entre as três nacionalidades que mais perderam em todo o mundo.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira, 15, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), num levantamento publicado apenas a cada dois anos sobre o comportamento dos salários pelo mundo. De acordo com a entidade, a queda no salário real do brasileiro neste ano deve ser de 6,2%. Em 2015, a perda foi de 3,7%.

Desde 2012, os números da renda do brasileiro apresentavam um certo crescimento, ainda que abaixo da média mundial. Considerando inflação, o poder aquisitivo do brasileiro aumentou em 4% em 2012, 1,9% em 2013 e 2,7% em 2014.

Em termos nominais, a OIT usa dados do IBGE para mostrar que os valores foram de R\$ 1,9 mil em média por mês em 2013, R\$ 2 mil em 2014 e R\$ 2,1 mil em 2015.

Já no ano passado, apenas a Rússia e Ucrânia haviam apresentado uma queda mais acentuada que a do Brasil em termos reais. Os dois países viviam ainda os ecos de um conflito armado e sanções. Mas, neste ano registraram estabilização nos salários.

No caso do trabalhador brasileiro, a crise se aprofundou ainda mais neste ano. “Os números que estamos vendo não são nada encorajadores”, disse Deborah Greenfield, vice-diretora da OIT. Para a entidade, o cenário aponta para uma nova queda em 2017.

Segundo a representante da OIT, um dos impactos mais imediatos na queda dos salários no Brasil deve ser a redução do consumo na economia e, claro, na demanda agregada. “A desaceleração de renda tem um impacto muito grande em famílias e isso vai ser sentido em toda a economia”, alertou. “Os ganhos dos últimos anos podem sofrer uma erosão”, disse.

Na avaliação dos especialistas da OIT, os dados brasileiros sugerem que a recuperação do crescimento da economia poderá levar mais tempo que se imagina, diante da perda do poder aquisitivo da população durante pelo menos dois anos.

Patrick Belser, autor do informe, também destaca a queda “dramática” do salário no País. A recessão e a queda nos preços de commodities influenciaram. “A redução continuou em 2016 e a demanda agregada também vai sofrer”, disse.

De acordo com a OIT, o resultado negativo do Brasil teve um impacto até mesmo na média salarial na América Latina, com a região registrando uma queda de 1,3% em 2015.

Nos grandes países emergentes, o que se viu foi uma desaceleração da expansão dos salários. Ainda assim, eles continuaram a aumentar. Em 2012, essas economias viam seus salários reais aumentar em 6,6%. Para 2015, a taxa foi de 2,5%.

Outro alerta da OIT se refere ao impacto na desigualdade social. “Estudos mostram que o aumento de salários ajuda a combater desigualdades”, constatou Greenfield. “Não estamos vendo combate à desigualdade. Mas o contrário”, alertou. Ainda que o Brasil tenha reduzido seus índices de injustiça social, com o aumento do salário mínimo, a OIT insiste que o País continua sendo um dos mais desiguais do mundo.

Temer anuncia medidas de estímulo contra desemprego

16/12/2016 – UOL Economia

O presidente Michel Temer anunciou nesta quinta-feira um pacote de medidas microeconômicas para combater o desemprego, em meio à profunda recessão e aos escândalos de corrupção que ameaçam os membros do governo.

"São medidas para aumentar a produtividade do país e, em consequência, combater o desemprego", afirmou Temer na entrevista coletiva concedida em Brasília, ao lado do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e dos presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Rodrigo Maia.

As medidas incluem a regularização de dívidas tributárias de empresas e pessoas físicas, incentivo ao crédito imobiliário, facilidades de crédito para pequenas e médias empresas, revisão da remuneração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a eventual redução dos juros no pagamento com cartões de crédito.

Temer prometeu uma "desburocratização" do processo para o pagamento de impostos, que no Brasil exige das empresas um "tempo excessivo" devido à burocracia.

Os anúncios para promover a economia chegam após o Congresso congelar os gastos públicos durante 20 anos, como parte das medidas de austeridade traçadas por Temer.

O próximo passo é a reforma da previdência, que prevê, entre outras medidas, a elevação da idade mínima para a aposentadoria. A reforma - criticada pelos sindicatos - deve enfrentar resistência no Congresso e despertar o descontentamento popular.

No momento, o desemprego afeta quase 12 milhões de pessoas no Brasil, 11,8% da população ativa.

Temer, que assumiu o poder em agosto, após o impeachment de Dilma Rousseff, tem seu governo sacudido pelo escândalo de corrupção da Petrobras.

Metalúrgicos da Fiat aprovam acordo salarial em Betim

16/12/2016 – Automotive Business



Parte dos trabalhadores da Fiat aprova acordo de reajuste salarial durante assembleia realizada em clube dos metalúrgicos

Os metalúrgicos da fábrica da Fiat em Betim (MG) aprovaram em assembleia realizada no último domingo, 11, o acordo salarial negociado entre o sindicato local e a direção da montadora. Pelo acordo, os trabalhadores terão reajuste de 9% dos salários a partir de 1º de janeiro de 2017, além de garantia de emprego ou salário até 31 de janeiro e a renovação do acordo de revezamento de turnos pelo período de um ano.

O valor do reajuste será aplicado para aqueles que recebem até R\$ 6.224. Para os funcionários que têm salários acima deste valor, será acrescido a quantia de R\$ 560,16 também a partir do primeiro dia do próximo ano.

Também foi acordado um abono no valor de R\$ 1.092 para compensar o período retroativo entre outubro e dezembro deste ano e que será pago até o dia 2 de janeiro. O piso salarial na empresa será reajustado em 9,15% retroativo a 1º de outubro. O abono terá valor proporcional para os demitidos neste mesmo intervalo.

“É um acordo que tem um valor econômico muito superior ao que será praticado, por exemplo, pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de todo o estado de Minas Gerais, além das datas de pagamento também serem melhores”, destaca o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região, João Alves de Almeida.

Segundo Almeida, no caso da Fiat, se fosse aplicada CCT aprovada na Fiemg, a diferença do reajuste de outubro a dezembro deste ano seria paga no dia 30 de dezembro, enquanto o acordo negociado em separado pelo sindicato garantiu ao empregado da montadora receber no dia 2 de janeiro um abono superior a essa diferença.

Além disso, pelo acordo com a Fiat, os 9% de reajuste serão pagos a partir de janeiro, ao passo que pelo reajuste acertado na Fiemg, os metalúrgicos das demais empresas terão o reajuste dividido em três parcelas: 6% em janeiro, 2% em fevereiro e mais um 1% em março.

Indústria paulista demite 25.500 trabalhadores em novembro, revela Fiesp

16/12/2016 –Tribuna PR

A indústria paulista demitiu 25.500 trabalhadores em novembro, o que representou uma queda de 0,84% no nível de emprego em relação a outubro, na série com ajuste sazonal, divulgou nesta quinta-feira, 15, o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp).

Na série sem ajuste, o recuo foi de 1,14%. Segundo o Depecon, o número ficou acima do esperado, parte em função de demissões no setor de açúcar e álcool, provocadas pelo fim da safra de cana.

No ano, o acúmulo de demissões atingiu 116.500 vagas (-5,03%) e, em 12 meses, a queda foi de 7,18%, com menos 170 mil postos de trabalho.

O gerente do Depecon, Guilherme Moreira, afirmou, em nota, que era esperado para novembro uma atenuação da queda do nível do emprego, mas isso não aconteceu. “Jogou um balde de água fria.”

Moreira ainda disse que, somando as perdas de 2014 e 2015 e a expectativa para o fechamento do ano de 2016, as demissões na indústria paulista chegarão a 500.000. “E não enxergamos uma forte recuperação ano que vem”, reconheceu Moreira.

Dos 22 setores que integram a indústria paulista, só o segmento de informática, produtos eletrônicos e ópticos, teve saldo positivo de vagas, com 1.477 contratações a mais que demissões (variação de 2,54% em relação a outubro).

Na análise regional, 31 das 36 regiões tiveram recuo no nível do emprego, com as quedas mais intensas em Jaú (-8,12%) e Sertãozinho (-7,24%). Três ficaram estáveis e somente duas apresentaram alta, Jacareí (1,25%) e Santo André (0,87%).

Montadora Iveco demite cerca de 300 funcionários da fábrica de Sete Lagoas

16/12/2016 –Tribuna PR

A fábrica de caminhões Iveco, instalada em Sete Lagoas, na Região Central de Minas Gerais, demitiu cerca de 300 funcionários nesta terça-feira (13). Segundo a assessoria de imprensa da montadora, o motivo é a interrupção da linha de montagem que fabricava a van Ducato por causa da queda na demanda do veículo.

A unidade de Sete Lagoas tem cerca de 2,2 mil empregados e produz caminhões e ônibus. A Ducato fabricado pela Iveco era vendida pela Fiat. Não há informações se a van voltará a ser produzida em Minas Gerais.

A possibilidade de demissões já havia sido levantada durante reunião de conciliação entre Iveco, o Ministério Público do Trabalho e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas de Material Elétrico de Sete Lagoas.

“Não é todo dia que você vê essa quantidade de trabalhador sendo mandado embora”, disse o presidente do sindicato, Ernane Geraldo Dias.

Segundo ele, cerca de 30 pessoas já tinham sido demitidas em novembro.

Embraer reduz quase pela metade plano de dispensa temporária em São José dos Campos

16/12/2016 – DCI

Sem detalhar o motivo, fabricante de aeronaves informa que o número de funcionários em lay-off passará de 2.000 para 1.080



A Embraer reduziu o plano de dispensa temporária apresentado ao sindicato de trabalhadores de São José dos Campos para 1.080 funcionários, ante 2.000 previstos no início de novembro, informou a fabricante de aeronaves em comunicado divulgado nesta quinta-feira.

A proposta final, apresentada na véspera ao sindicato, prevê a suspensão temporária do contrato de trabalho por um período de 2 a 5 meses entre janeiro de 2017 e dezembro de 2018, de acordo com o documento.

Multa menor do FGTS incentiva demissão e tem pouco impacto, diz professor

16/12/2016 –UOL Economia

O corte dos 10% da multa do FGTS paga por empresas quando um funcionário é demitido sem justa causa, anunciado pelo governo nesta quinta-feira (15), terá impacto "desprezível" na geração de empregos, segundo Hélio Zylberstajn, professor de economia do trabalho da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

A medida faz parte de um pacote para tentar estimular a economia e sair da crise. O governo diz que a medida não tem impacto fiscal e reduz o custo do patrão,

favorecendo a geração de empregos. Para o professor, porém, a medida pode ser vista como um "incentivo a demitir".

Hoje, as empresas têm de recolher 50% sobre o total depositado por elas para o trabalhador demitido (40% vão para o empregado e 10% para o governo federal). Será a parte do governo que terá o corte.

O presidente Michel Temer disse que isso não afeta os trabalhadores, que continuarão recebendo os 40% da multa. Será uma redução gradual, de um ponto percentual por ano, ao longo de dez anos.

"O nosso problema é criar empregos. É voltar a fazer a atividade econômica crescer. Se você diminuir o custo da demissão, eu não vejo como isso pode cumprir essa necessidade que a gente tem", afirma Zylberstajn. "É até interessante. No fundo, no fundo, isso é um incentivo a demitir. Diminui o custo da demissão, quando deveríamos estar diminuindo o custo da admissão".

O professor afirma que o corte dos 10% é válido, porque "não deixa de ser uma medida que resgata uma usurpação que o governo fez lá atrás". Ainda assim, o valor da economia para as empresas é baixo, não impactando o custo de produção, nem incentivando os empresários a deixarem de demitir, segundo Zylberstajn.

Do ponto de vista das contas do governo, que deixará de arrecadar com o FGTS, o professor acredita que não será um problema tão grande. "Afeta marginalmente", diz.

Fecomércio defende medida

Fábio Pina, assessor econômico da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo), vê o corte como uma "medida positiva dentro de um grupo de medidas positivas". A entidade defende a medida.

"(Os 10%) aumentavam o custo do trabalho e não eram destinados ao trabalhador. Era o pior dos mundos", afirma. Ele diz, porém, que ainda é cedo para prever qual será o impacto da medida na economia.

"Isoladamente, cada medida é pequena. O conjunto de medidas, mais o ajuste macroeconômico, dá um encaminhamento bom para a economia", segundo o assessor da FecomercioSP.

Advogados trabalhistas elogiam

Para o advogado trabalhista Ricardo Pereira de Freitas Guimarães, o corte é positivo, porque a taxa aumentava o custo das empresas, sem nenhuma contrapartida. "A medida é mais do que razoável, tendo em vista que esses 10% são direcionados para o governo, e não para o trabalhador", afirma.

O advogado trabalhista Danilo Pieri Pereira, do Baraldi Mélega Advogados, vê a cobrança dos 10% como "vergonhosa".

"Essa cobrança é vergonhosa. Ela foi criada para cobrir um rombo causado pela Caixa Econômica aos trabalhadores, mas esse rombo já foi consertado e não extinguiram essa cobrança de 10%. Acredito que virou receita da União. Vai dar uma boa aliviada no custo das rescisões trabalhistas para as empresas", diz.

Ministro Osmar Terra critica mudança em benefícios sociais

16/12/2016 –Tribuna PR

O ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, disse ao jornal **O Estado de S. Paulo** que as mudanças no pagamento de benefícios sociais sugeridas na Reforma da Previdência, enviada ao Congresso pelo presidente Michel Temer, são um "capítulo à parte" e precisam ser melhor discutidas. "É uma questão que tem de ser avaliada.

Estamos tratando com o setor mais pobre da população e mais vulnerável. Uma coisa é a Previdência em si, outra coisa são benefícios da área da assistência social que têm de dar o mínimo de condições para as pessoas sobreviverem”, afirmou Terra.

Pela proposta, a idade mínima para requerer o Benefício da Prestação Continuada (BPC) passa de 65 anos para 70 anos. Esse benefício é pago a idosos ou pessoas com deficiência de famílias com renda inferior a um quarto do salário mínimo. Esse requisito será mantido a princípio, com ajustes feitos por projeto de lei separado. Além disso, o valor do benefício passará a ser definido em lei, podendo ficar abaixo de um salário mínimo.

Com regras mais rígidas para o pagamento deste benefício, a equipe econômica espera economizar R\$ 131,1 bilhões até 2027 – no total, as mudanças propostas pela reforma darão economia de R\$ 562,2 bilhões aos cofres públicos nesse período.

Retirada

Nesta quinta-feira, 15, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) publicou no Diário Oficial da União uma resolução pela qual se manifesta contrário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma da Previdência. O órgão, formado por representantes da sociedade civil, incluindo sindicatos, e do governo, pede que o Congresso retire do texto o artigo que trata do pagamento do Benefício de Prestação Continuada a idosos de baixa renda e pessoas com deficiência.

O ministro disse ser “natural” que o conselho se manifeste. “Acho que é uma questão que temos de aprofundar. É um assunto que não está acabado”, disse Terra. Segundo ele, o Ministério do Desenvolvimento Social vai apresentar à equipe econômica propostas que ainda estão sendo estudadas para modificar o texto da reforma que trata de benefícios sociais. “Não tem nada definido em relação a isso”, completou.

O Conselho Nacional de Assistência Social foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e é composto por 18 titulares, e respectivos suplentes, que representam governos federal, estaduais e municipais, e a sociedade civil, incluindo entidades de assistência social. Terra disse que os representantes do governo federal foram substituídos quando o governo Temer assumiu.

No documento, o CNAS argumenta que o BPC “possibilita uma vida digna para 2,3 milhões de pessoas com deficiência e 1,9 milhão de idosos pobres” e que “o valor de um salário mínimo definido para o BPC é voltado às pessoas cuja impossibilidade de gerar renda pelo próprio trabalho é alheia a sua vontade, o que, constitucionalmente, não pode ser inferior a um salário mínimo”.

O conselho ainda ressalta que, diferentemente de outros benefícios assistenciais, o BPC não se destina a complementar a renda de uma família, mas prover ao indivíduo a segurança de renda e destaca que o BPC não compõe o orçamento da Previdência Social e, sim, da Política da Assistência Social, alocada no Fundo Nacional de Assistência Social.

Fiat não vê alta na confiança do consumidor, mas prevê expansão do mercado

16/12/2016 –Tribuna PR

O grupo FCA, que controla as marcas Fiat e Jeep, ainda não viu um aumento na confiança do consumidor brasileiro, mas espera que o mercado de veículos como um todo apresente um crescimento de 1 dígito em 2017 em relação ao volume de 2016, que deve terminar com a venda de cerca de 2 milhões de unidades, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus.

“O nosso setor depende de crédito e confiança. Nós já estamos vendo algumas sinalizações importantes na taxa de juros, mas na confiança ainda não”, disse nesta quinta-feira, 15, o diretor comercial do grupo, Sérgio Ferreira. “A confiança depende muito do cenário político e econômico, e nós ainda temos muita instabilidade, não só no Brasil como nos EUA, que agora tem presidente novo (Donald Trump)”, acrescentou.

Em relação ao grupo, Ferreira afirmou que a estratégia para 2017 é continuar apostando em modelos de veículos menos sensíveis à restrição do crédito e à baixa confiança e, portanto, mais voltados a um consumidor de maior renda, como ocorreu em 2016 com o lançamento da picape Toro (Fiat) e do Compass (Jeep). “O nível de aprovação de crédito para o Toro e o Compass é altíssimo, de 70%”, disse o diretor comercial.

Ferreira destacou que o mercado de SUVs, no qual se encaixa o Renegade (Jeep), termina 2016 representando 14,9% das vendas totais de veículos no Brasil, mais que o dobro do nível de 2010, 6,2%. “E temos potencial para superar a média mundial, que é de 20%”, ressaltou o executivo.

Mas se a taxa de juros continuar caindo e o consumidor brasileiro apresentar um aumento significativo na confiança em 2017, disse Ferreira, o mercado de carros de entrada tende a crescer. Para o mercado como um todo, a expectativa do grupo FCA é “não cair mais”.

Cobre opera em queda com avanço dos estoques na Ásia e na Europa

16/12/2016 –Tribuna PR

Os contratos futuros de cobre operam em queda nesta sexta-feira, pressionados pelo avanço dos estoques tanto na Ásia como na Europa.

Às 9h30 (de Brasília), o contrato para três meses recuava 0,9%, a US\$ 5.673 por tonelada, na London Metal Exchange (LME). Já o metal para março cedia 0,94%, a US\$ 2,5760 por libra-peso, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

Os estoques de cobre em armazéns aprovados pela LME cresceram 44% desde o início da semana, enquanto o volume do mesmo metal cresceu 9,0% em armazéns da in Shanghai Futures Exchange.

“Ambos apontam para uma demanda mais fraca e produção mais alta... Na China”, afirmam analistas do Commerzbank.

Entre os demais metais da LME, o alumínio recuava 0,8%, a US\$ 1.728 a tonelada; o chumbo cedia 1,8%, a US\$ 2.279 a tonelada; o estanho baixava 0,5%, a US\$ 21.105 a tonelada; o zinco caía 1,5%, a US\$ 2.763 a tonelada; e o níquel subia 0,1%, a US\$ 11.270 a tonelada

Para agilizar processos, Multilaser investe em “robôs” que comandam humanos

16/12/2016 –Tribuna PR

Quando se pensa em tecnologias que usam comandos de voz para funcionar logo imaginamos equipamentos que se movimentam ou cumprem tarefas quando um humano fala. Mas, a Multilaser, empresa de equipamentos eletrônicos e de informática, foi um pouco além e deixou que seus colaboradores é que fossem “comandados” pela **voz de robô** de um celular.

O responsável por essa inversão é um aplicativo chamado de Pick By Voice, implantado no Centro de Distribuição da empresa em Extrema, Minas Gerais.

Na prática ele funciona de uma forma aparentemente simples: transforma em voz o texto que antes era impresso e entregue ao operador que, só então, separaria as mercadorias para levar para a etapa de conferência. Usando um *headset* e um *smartphone* preso na cintura, o colaborador recebe as coordenadas e caminha com as duas mãos completamente livres para trabalhar, sem a necessidade parar para ler tudo aquilo que precisaria ou fazer anotações do que já executou.

A tecnologia foi criada na Alemanha e é a primeira vez que está sendo usada no Brasil. Entre as vantagens, Edison Marcelli, diretor de logística da Multilaser, destaca os cortes de gastos com papéis e uma redução significativa no tempo de execução das tarefas como principais. "Antes o pessoal perdia muito tempo separando os produtos, pois não ficavam com as duas mãos livres, com o aplicativo isso não ocorre. Também com a implantação do sistema baixamos praticamente para zero os erros de separação o que aumenta muito a velocidade da próxima etapa, que é a conferência", explica.

A tecnologia vem sendo usada desde outubro, mas já traz resultados significativos, como o aumento de cerca de 30% da capacidade de separação de peças, passando de 2,5 milhões para 3,3 milhões de produtos separados por mês. "O sistema tem funcionado tão bem, que estamos trabalhando para eliminar a etapa de conferências em pedidos pequenos. Hoje todos os pedidos passam por essa etapa, mas a nossa confiança na tecnologia tem sido tão grande que não precisaremos mais dela nos pedidos menores", garante Marcelli.

Expansão

Além da eliminação de uma etapa no processo de distribuição de produtos, a expectativa é usar o Pick By Voice também para aumentar a capacidade de vendas da empresa sem precisar ampliar turnos ou postos de trabalho. De acordo com o diretor de logística, com o sucesso do aplicativo, a empresa já aumentou a produtividade e pode suportar um crescimento de 30% na movimentação até dezembro deste ano e 20% em 2017.

Outro ponto que reforça o bom funcionamento da tecnologia é a intenção de ampliar os locais em que ela é usada. "Vamos implantar também no abastecimento da nossa fábrica, que funciona de forma semelhante ao centro de distribuição. Já em março do ano que vem ela deve estar operando por lá", finaliza Marcelli.

Limitado pela PEC do Teto, orçamento para 2017 prevê salário mínimo de R\$ 945,80

16/12/2016 –Gazeta do Povo

Com exceção da saúde e da educação, as despesas só podem crescer limitadas pela inflação do ano anterior



O Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira (15) a proposta de orçamento para 2017 com o limite já estabelecido nas regras da PEC do Teto, que também foi promulgada nesta quinta. Com exceção da saúde e da educação, as despesas só podem crescer limitadas pela inflação do ano anterior.

Os gastos federais foram fixados em R\$ 3,5 trilhões. O texto também estabelece o salário mínimo de R\$ 945,80 para o próximo ano. Esse é o primeiro orçamento elaborado pelo Congresso com a regra do teto de gastos públicos.

Já o texto-base da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi aprovado em agosto. A votação não havia sido finalizada por causa de três destaques apresentados pelos parlamentares. A proposta autoriza o governo federal a fechar o ano de 2017 com um déficit de R\$ 139 bilhões e prevê um crescimento de 1,2% no Produto Interno Bruto (PIB). Com a verba extra de R\$ 9,9 bilhões para a saúde, o orçamento total previsto para a pasta no ano que vem passará para R\$ 115,4 bilhões.

O relatório final do Orçamento 2017 não levou em conta a revisão do Produto Interno Bruto (PIB) feita pelo Ministério da Fazenda em novembro – redução de alta de 1,6% para 1%. Isso deve pesar no congelamento de gastos que o governo faz sempre no primeiro semestre de cada ano.

Vetos

O resultado da votação de ontem foi possível após o líder do Congresso, senador Romero Jucá (PMDB-RR), aceitar o pleito do líder do PT na Câmara, deputado Afonso Florence (PT-BA), para a derrubada de três dos nove vetos presidenciais. Em contrapartida, a oposição desistiu da obstrução e aceitou retirar os destaques da LDO. Dos vetos derrubados, o primeiro restabelece a previsão de adicional de insalubridade para agentes comunitários de saúde; o segundo trata da repactuação de dívidas e o terceiro, da criação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas.

Foram aprovados ainda 33 projetos de créditos suplementares e especiais. Todo o processo de votação, por meio de cédulas, durou menos de três horas. Caso a LDO não fosse aprovada ontem, o recesso parlamentar não poderia começar na próxima semana, como é determinado pela Constituição.

Deputados decidem deixar retomada do pente-fino do INSS para 2017

16/12/2016 –Folha de S. Paulo



Posto do INSS no Ipiranga, em São Paulo

A Câmara dos Deputados decidiu nesta quarta-feira (14) que não vai votar neste ano a lei que retoma o pente-fino nos auxílios-doença e nas aposentadorias por invalidez, segundo o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB -SP).

Como a medida provisória que havia criado o pente-fino perdeu a validade, as perícias da revisão só voltarão a ser feitas em 2017.

Com a demora, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) já tinha começado a reagendar os exames para janeiro. Nesta quinta-feira (15), ficou definido que o teto do INSS deve subir dos atuais R\$ 5.189,82 para R\$ 5.578 no ano que vem, um reajuste de 7,48%, conforme o Orçamento de 2017 aprovado pelo Congresso.

Com o adiamento, os trabalhadores que recebem auxílio-doença há mais de dois anos e estão na mira do pente-fino ganharam mais tempo para reunir exames e laudos médicos que comprovem não ter condições de voltar a trabalhar.

O pente-fino estava convocando primeiro os segurados com até 45 anos que recebem auxílio-doença há mais de dois anos para passar por uma perícia de revisão.

Das perícias que já foram feitas na primeira etapa do programa, 8 em cada 10 auxílios foram cortados pelo governo.

Quem está na mira

530 mil segurados com auxílio-doença concedido há mais de dois anos

1,2 milhão de aposentados por invalidez com menos de 60 anos

R\$ 4,3 bilhões é quanto o governo espera economizar com cortes de benefícios por incapacidade em dois anos

O que emperrou o pente-fino

1. A medida provisória que o governo enviou criando o pente-fino perdeu a validade porque não foi aprovada a tempo no Congresso

2. Como a medida caducou, o governo não pode pagar o bônus de R\$ 60 por perícia da revisão

3. Além disso, o acordo salarial fechado com os peritos, que prevê reajuste de 27,9% até 2019, ainda não foi para votação

Quem entra no pente-fino

>>Auxílios-doença e aposentadorias por invalidez concedidas há mais de dois anos

>>Apenas benefícios que não passaram por perícia desde 2014 terão que ser reavaliados

Primeiros lote

>>O INSS começou a revisar os auxílios-doença concedidos na Justiça

>>Nos dois primeiros lotes estavam sendo convocados os segurados mais jovens, de até 45 anos

Idosos

>>Aposentados por invalidez que têm 60 anos ou mais não precisam passar por perícia de revisão

>>Já os idosos que recebem auxílio-doença serão convocados

O que fazer enquanto espera a perícia de revisão

>>Apesar de as perícias estarem todas paradas no INSS, o segurado não deve perder tempo

>>Ele pode aproveitar esse intervalo para agendar consultas e exames médicos que comprovem que não tem condições de voltar a trabalhar

>>Também é importante reunir exames mostrando que o trabalhador tem feito tratamento médico

Divisão da Usiminas em compasso de espera por CSN

16/12/2016 – O Estado de S. Paulo



Apesar da divisão da Usiminas e do divórcio entre os sócios Ternium e Nippon Steel serem apontados como a única saída para o imbróglio societário da siderúrgica, que

já dura mais de dois anos, o processo está em compasso de espera. Uma das razões seria a maior acionista minoritária da empresa fora do bloco de controle, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Benjamin Steinbruch, que não aprovaria a separação. Ou seja, os sócios gostariam de realizar a divisão, mas a transação se torna mais complexa diante da resistência apresentada pela CSN.

À espera

Uma fonte diz que uma saída seria aguardar a CSN se desfazer de suas ações da Usiminas, já que há um prazo para esse desinvestimento por exigência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). No entanto, para isso, os sócios teriam de conviver por mais um tempo.

Fiat Chrysler adota nova estratégia para manter a liderança do mercado

16/12/2016 - DCI

Na dianteira das vendas há 14 anos, a marca italiana deve perder o posto para a General Motors no País. Mas a FCA permanece no topo como grupo, graças à forte ascensão da nova linha da Jeep



Com a competição cada vez mais acirrada no mercado brasileiro, a Fiat Chrysler Automobiles (FCA) trabalha para manter a liderança no Brasil. A estratégia inclui atacar diferentes nichos com as marcas do grupo, incluindo a Jeep.

"Temos flexibilidade para trabalhar com todas as marcas", afirmou nesta quinta-feira (15) o diretor comercial da FCA, Sérgio Ferreira.

A Fiat manteve o título de líder em vendas de automóveis e comerciais leves do mercado brasileiro por 14 anos consecutivos até 2015. No entanto, no acumulado até novembro de 2016, o posto pertence à General Motors (GM), que lidera as vendas totais comparadas à Fiat.

"Se considerarmos os emplacamentos totais do grupo, incluindo a Jeep, mantemos a liderança", diz Ferreira.

Apesar dos últimos lançamentos da FCA terem gerado filas de espera consideráveis, como é o caso da picape Toro no início do ano e atualmente do utilitário esportivo (SUV) Compass, da Jeep, Ferreira revela que o grupo perdeu um ponto percentual de market share neste ano.

Contudo, para 2017 a meta é manter o desempenho em meio à retração do mercado. "Temos um programa de liderança global sustentável, porque não adianta aumentar as vendas e ter prejuízo."

Hoje, o grupo possui quase 800 pontos de venda e atendimento, sendo 200 unidades do selo Jeep e, o restante, da Fiat. "A rede foi concebida há alguns anos para atender a um mercado de 4 milhões de veículos, mas hoje o setor vende a metade", pontua. Apostas

Segundo a empresa, cerca de 30 lojas foram encerradas neste ano. Com a perspectiva de crescimento baixo para o ano que vem, o grupo deve se apoiar em alguns segmentos para atravessar o período ainda difícil de 2017.

"O segmento de modelos 1.0 foi o que mais caiu na crise. Mas acreditamos que, na retomada do mercado, este é o nicho que mais tem potencial para crescer", avalia Ferreira.

O executivo salienta que o compacto Mobi (Fiat), lançado neste ano, deve ser uma das estrelas do grupo. "Até superamos a meta de market share prevista para o modelo, mas devido à queda do mercado, o volume de vendas ficou aquém do esperado."

Conforme dados da FCA, o segmento de hatches compactos representa a maior parte das vendas de automóveis no País - aproximadamente 40,2% do total. Desse volume, cerca de 60% correspondem aos modelos de motorização 1.0.

"Há seis anos, somos líderes em hatches compactos 1.0. Com o Mobi, vamos aprofundar ainda mais essa liderança", garante Ferreira.

Mas para tanto, o executivo se mostra ciente da necessidade de melhora da confiança e do crédito. "Há sinais de que a concessão de crédito está melhorando, só falta uma retomada da confiança no País."

Já os segmentos de maior valor agregado, destaca Ferreira, não têm sofrido com a questão do crédito. "Para este consumidor, o nível de aprovação é muito superior."

O SUV continua sendo uma grande aposta da FCA principalmente através da Jeep. Historicamente, a Fiat sempre se destacou por modelos com apelo mais "popular".

No entanto, o selo norte-americano - que ficou conhecido mundialmente pelos jipes - deve balizar o crescimento do grupo em utilitários esportivos. "Devemos liderar o segmento de SUVs em 2017", acredita Ferreira.

Hoje, o HR-V (Honda) é o líder de vendas do segmento, com 51,4 mil unidades no acumulado até novembro. O Jeep Renegade vem em seguida, com 47,5 mil unidades. "Se mantivermos o atual ritmo de vendas em dezembro, podemos ter uma surpresa ao final de 2016", comenta Ferreira.

Outra grande aposta do grupo será a Toro. O lançamento ocorreu em março e o modelo já é a segunda picape mais vendida do País, com 35,9 mil emplacamentos até novembro, atrás apenas da Strada (também da Fiat), com 54,4 mil unidades vendidas no período.

"O mercado deve ter um crescimento modesto em 2017, de apenas um dígito. Mas nós vamos atuar como um grupo e atingir também as metas financeiras", aposta Ferreira.

Vale conclui venda de fatia em mineradora por US\$ 113 mi para Hydro

16/12/2016 - DCI

Companhia explica que operação está de acordo com a estratégia de fortalecer seu balanço e focar em ativos core

A mineradora Vale informou nesta quinta-feira que concluiu a venda de sua participação restante de 13,63 por cento na Mineração Paragominas, no Pará, para a norueguesa Norsk Hydro, por 113 milhões de dólares.

A transação está relacionada à venda dos ativos de alumínio da Vale anunciada em 28 de fevereiro de 2011, segundo informação da empresa em comunicado.

A Hydro já tinha participação majoritária no ativo.

"A transação é consistente com a estratégia da Vale de fortalecer seu balanço e focar em ativos core", disse a companhia, que busca vender ativos não essenciais visando reduzir seu endividamento.

Presidente-executivo da Nissan vê recorde de vendas em 2017

16/12/2016 – DCI

Para o executivo, o resulta virá devido à demanda mais forte diante do crescimento econômico global, compensando o impacto da volatilidade cambial e dos mercados de commodities



A montadora japonesa Nissan Motor vai registrar vendas recordes em 2017 devido à demanda mais forte diante do crescimento econômico global melhor, compensando o impacto da volatilidade cambial e dos mercados de commodities, disse o presidente-executivo Carlos Ghosn.

Ghosn, que também é presidente-executivo da parceira Renault, disse estar confiante de que a política de comércio dos Estados Unidos sob o governo do presidente eleito Donald Trump continuará a promover fortes relações com o México, onde a Nissan produz veículos para exportação aos EUA.

Há preocupações sobre o risco do aumento de custos para a Nissan e suas rivais se Trump cumprir as promessas de renegociação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta, na sigla em inglês) ou aumentar as tarifas dos veículos importados do México.

De acordo com seus mais recentes dados sobre vendas globais, a Nissan vendeu 4,52 milhões de unidades entre janeiro e outubro, após registrar vendas recordes de 5,42 milhões de carros e caminhões em todo o mundo em 2015.

"Eu acho que 2017 deve ser um bom ano. Acho que veremos crescimento econômico razoável, particularmente no setor automotivo... Acho que estabeleceremos um recorde de vendas em 2017", disse Ghosn a repórteres nesta sexta-feira.

Preços de matérias-primas mais altos e flutuações cambiais continuarão a representar riscos para o setor, mas serão compensados pela tendência de crescimento das economias globais que manterá a demanda por carros em alta, disse Ghosn.

Minério de ferro recua mais de 2% em bolsa da China por redução das compras no mercado físico

Os contratos futuros do minério de ferro recuaram mais de 2 por cento nesta sexta-feira, à medida que os preços do aço recuaram durante a negociação da tarde (hora local), com as usinas de aço adiando a compra do material bruto no mercado físico após rápidos ganhos recentes.

Mas os preços do aço poderiam se recuperar, uma vez que a China tem sustentado esforços para reduzir a sobrecapacidade no setor ao limitar o crédito e combater a poluição.

"Estamos ouvindo do mercado físico que o apetite de compras por minério de ferro diminuiu nos portos", disse Kelly Teoh, corretora dos derivados de minério de ferro na Clarksons Platou Futures. "Eu acho que as usinas de aço estão adiando as compras no momento."

O minério de ferro na bolsa de Dalian encerrou em queda de 2,4 por cento para 591,50 iuanes por tonelada. Na segunda-feira, chegou a tocar máxima de quase três anos, a 657 iuanes.

O vergalhão mais ativo da Bolsa de Futuros de Xangai recuou 2,2 por cento e encerrou a 3.293 iuanes por tonelada, após subir a 3.409 iuanes nas negociações da manhã.

Minério de ferro recua mais de 2% em bolsa da China por redução das compras no mercado físico

16/12/2016 – DCI

Os contratos futuros do minério de ferro recuaram mais de 2 por cento nesta sexta-feira, à medida que os preços do aço recuaram durante a negociação da tarde (hora local), com as usinas de aço adiando a compra do material bruto no mercado físico após rápidos ganhos recentes.

Mas os preços do aço poderiam se recuperar, uma vez que a China tem sustentado esforços para reduzir a sobrecapacidade no setor ao limitar o crédito e combater a poluição.

"Estamos ouvindo do mercado físico que o apetite de compras por minério de ferro diminuiu nos portos", disse Kelly Teoh, corretora dos derivados de minério de ferro na Clarksons Platou Futures. "Eu acho que as usinas de aço estão adiando as compras no momento."

O minério de ferro na bolsa de Dalian encerrou em queda de 2,4 por cento para 591,50 iuanes por tonelada. Na segunda-feira, chegou a tocar máxima de quase três anos, a 657 iuanes.

O vergalhão mais ativo da Bolsa de Futuros de Xangai recuou 2,2 por cento e encerrou a 3.293 iuanes por tonelada, após subir a 3.409 iuanes nas negociações da manhã.

FCA espera crescimento de Fiat e Jeep em 2017

16/12/2016 – Automotive Business



Em um ano bastante difícil no Brasil, só o lado Jeep do Grupo FCA foi bem, com vendas em torno de 55 mil unidades, em crescimento de quase 50% este ano em relação a 2015. No lado Fiat da corporação, no entanto, o resultado é péssimo, devendo ficar abaixo dos 300 mil veículos emplacados em 12 meses, em retração abrupta acima dos 30% sobre o exercício anterior e perda de 2,4 pontos percentuais de participação de mercado, para 15,4%.

Mesmo assim, os números somados são suficientes para consolidar a FCA como a fabricante que mais vendeu carros no mercado brasileiro em 2016, com cerca de 18% do total emplacado. No conjunto da obra, englobando todas as marcas da Fiat Chrysler Automobiles (FCA), o desempenho é considerado bom pela direção da empresa.

“Em 2015 tivemos prejuízo na região. Por isso em 2016 o objetivo foi ganhar dinheiro, retomar a rentabilidade da operação e dos concessionários. Tomamos a decisão de não comprar market share. Foi um ano complicado, mas estamos orgulhosos dos resultados que conseguimos”, afirma Sérgio Ferreira, diretor comercial da FCA no Brasil, projeta a continuação do crescimento da Jeep e a volta dele para a Fiat.

“O fundo do poço fica em 2016, 2017 não será pior. Estamos cautelosamente otimistas, o mercado deve crescer ao menos um dígito porcentual”, calcula. No caso da FCA, que no conjunto de marcas perdeu um ponto de participação este ano, Ferreira avalia que o desempenho será melhor, sem perda de market share.

A projeção leva em conta a consolidação de modelos recém-lançados que terão seu primeiro ano completo no mercado, como é caso do SUV Jeep Compass que chegou às concessionárias em novembro e já tem dois meses de fila de espera, e da Fiat Toro, que em nove meses tornou-se a segunda picape mais vendida do País, próxima dos 40 mil emplacamentos este ano.

Os compactos Fiat Mobi e novo Uno equipados com os novos motores Firefly 1.0 três-cilindros e 1.3 de quatro também devem ajudar a atrair mais clientes. E em 2017 estão previstos dois importantes lançamentos de carros completamente novos da Fiat: o principal deverá ser o carro que de uma só vez substituirá Palio e Punto.

FIAT MAIS AFETADA

Ferreira explica que a Fiat foi mais afetada pela baixa do mercado porque atua fortemente no segmento que mais se retraiu, o de compactos, que representam 40% das vendas de veículos no Brasil, cerca de 60% deles equipados com motor 1.0.

A marca italiana segue líder dessa faixa há seis anos, mas a retração maior puxou o resultado para baixo. O Mobi, modelo de entrada da Fiat lançado em abril deste ano, não alcançou as expectativas de 6 mil unidades/mês, ficou em 4 mil/mês, “mas alcançou a participação de 3% das vendas totais, que é o topo do que nós esperávamos de 2,5% a 3%”, ressalta o diretor.

Em segmento mais rentável, o executivo recorda que a Fiat também lidera entre os comerciais leves no País desde 2002, e desde 2000 está na frente do segmento de picapes com a Strada, que este ano ganhou a companhia da Toro para dominar, as duas, 40% dos emplacamentos. “Tínhamos alguma preocupação que a Toro iria canibalizar as vendas da Strada, mas isso não aconteceu”, diz.

“Mesmo com uma rede (de 559 concessionárias Fiat) preparada para um mercado de 4 milhões de veículos/ano, os concessionários conseguiram se manter rentáveis com apenas metade do volume previsto”, destaca Ferreira. Segundo ele, no ano “apenas 30 lojas fecharam, muito mais por uma readequação de tamanho”.

Para 2017 a FCA prepara um novo posicionamento para a Fiat, baseado na transformação verificada dos consumidores brasileiros. Também está prevista a adoção de um plano estratégico para a rede de concessionárias, que deve ser iniciado em janeiro próximo e se estender pelo resto do ano, englobando também as 191 concessionárias Jeep – 47 das quais vendem as outras marcas do Grupo Chrysler, como Dodge e Ram além da própria Chrysler.

“Alguns concessionários poderão assumir mais marcas, assim como poderemos lançar produtos com diversas marcas”, diz Ferreira, lembrando que a picape Fiat Strada é vendida como Ram no México – e aqui no Brasil a FCA já vendeu um mesmo modelo com duas marcas diferentes, caso do Dodge Journey que conviveu com o Fiat Freemont.

JEEP NO SEGMENTO QUE MAIS CRESCE

Ferreira afirma que a participação da Jeep no segmento de utilitários esportivos, o que mais cresce no Brasil atualmente, "superou todas as expectativas". Atuando nessa faixa com dois produtos fabricados em Pernambuco, o Renegade e o recém-lançado Compass, em dezembro a FCA liderou as vendas de SUVs no País com 24,5% dos emplacamentos. No ano, a Jeep vendeu 54.138 unidades (até novembro) e ainda perde para a Honda por apertada diferença de 964 veículos.

"As vendas do Compass são duas vezes maiores do que esperávamos. A demanda é tão grande que alguns clientes não querem esperar e acabam levando o Renegade", afirma Ferreira. Para 2017 ele projeta que serão vendidos 50 mil Renegade e 30 mil Compass.

A expectativa é que o segmento de SUVs siga em crescimento acelerado no País. As vendas, que representavam 6,2% do mercado brasileiro em 2010, saltaram para 12,5% em 2015 e chegam a 15% este ano, sendo 10% dominados pelos SUVs pequenos, com Honda HR-V e Jeep Renegade à frente do pelotão. "No mundo essa média é de 20%, em países como Estados Unidos é de 30%. Nossa vocação aqui é ficar acima da média", aposta Ferreira.

Nissan Murano vai mal em teste de colisão frontal

16/12/2016 – Automotive Business

No último teste do ano, o Latin NCAP, Programa de Avaliação de Veículos Novos para a América Latina e Caribe, apresenta o resultado da avaliação de segurança do Nissan Murano, fabricado nos Estados Unidos.

O modelo utilizado no teste, que foi patrocinado pela própria montadora, é equipado com sete airbags e controle eletrônico de estabilidade (ESC), contudo, isto não foi o suficiente para apresentar um bom desempenho no teste de colisão frontal para adultos. No relatório do Latin NCAP, o modelo recebeu apenas duas estrelas no quesito proteção para adultos numa escala que vai de zero a cinco, sendo cinco a melhor pontuação.

O Nissan Murano ofereceu boa proteção nos testes de impacto lateral e no impacto lateral de poste para ocupante adulto e também infantil, apresentando eficácia principalmente nos airbags tipo cortina, ao longo da lateral superior do veículo. Entretanto, apresentou baixo desempenho estrutural no teste de colisão frontal, embora tenha recebido quatro estrelas neste teste para proteção de crianças.

Em sua avaliação, o Latin NCAP destaca os danos na área do motorista, considerando tórax, pernas e pés, além da movimentação de direção, o que explica as possíveis lesões, o que causa a perda de pontos.

"É surpreendente como um modelo desenvolvido com a última tecnologia, com sete airbags, não possa obter cinco estrelas para a proteção do ocupante adulto. O Murano é produzido nos Estados Unidos, onde as normas de segurança são elevadas.

É surpreendente que esse modelo ofereça boa proteção no teste de colisão de sobreposição pequeno e um desempenho fraco no teste de colisão de sobreposição de 40%. O Latin NCAP solicita publicamente à Nissan que melhore esse modelo para que ele possa ganhar cinco estrelas, resolvendo o problema do pobre rendimento estrutural que causou a perda de pontos", afirma o secretário geral do Latin NCAP, Alejandro Furas.

A presidente do Latin NCAP, María Fernanda Rodríguez, também comenta os

resultados do teste patrocinado pela Nissan: "Encerramos o ano com este resultado surpreendente. Um modelo patrocinado por um fabricante que, devido a seu equipamento, era de se esperar que proporcionasse proteção de cinco estrelas e conseguiu apenas duas para os ocupantes adultos.

Esse resultado evidencia que veículos caros e que contam com equipamento de segurança não necessariamente oferecem proteção cinco estrelas. O Latin NCAP impulsiona a Nissan a melhorar esse carro e todos seus outros modelos, proporcionando melhores níveis de proteção para os consumidores da América Latina e do Caribe".

No teste de ESC, o Latin NCAP declara que o Nissan Murano cumpre com os requerimentos regulatórios.

Déficit nas autopeças passará de US\$ 5 bi

16/12/2016 – Automotive Business



A balança comercial de autopeças acumula de janeiro a novembro déficit de US\$ 4,9 bilhões, valor próximo ao projetado para o ano inteiro. O número registrado até novembro é 14,2% menor que o de iguais meses de 2015, mas mostra que o déficit vai superar novamente os US\$ 5 bilhões.

Os dados foram divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) a partir de informações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

As exportações recuaram 14,8% e as importações caíram 13%. Os embarques somaram US\$ 5,98 bilhões e as compras externas, US\$ 10,9 bilhões.

A Argentina permanece como principal destino e absorveu 28,5% das autopeças brasileiras exportadas. O país vizinho adquiriu US\$ 1,7 bilhão em componentes de janeiro a novembro. No entanto, esse valor é 27,4% menor que o anotado nos mesmos 11 meses do ano passado.

O segundo maior destino são os Estados Unidos, com US\$ 964,5 milhões, valor 14,1% menor que o anotado em igual período de 2015.

Os EUA também permanecem como o maior fornecedor de componentes para o Brasil, com US\$ 1,5 bilhão e pequena queda de 4,7% ante iguais meses do ano passado. A Alemanha mantém a segunda colocação entre os fornecedores, mas a vantagem para a China, terceira colocada, é de apenas US\$ 58,2 milhões, ou 0,5 ponto porcentual.

Coincidentemente, essa vantagem de 0,5 pp se repete na análise por macrorregiões, em que a Europa detém 35,2% e o bloco da Ásia e Oceania, 34,7%.

Fiat desiste de produzir Ducato no Brasil

16/12/2016 – Automotive Business



A Fiat decidiu dar novo rumo à Ducato, modelo de van e furgão que vinha sendo fabricado pela Iveco no complexo industrial de Sete Lagoas (MG) em uma de suas linhas dedicada a encomendas. A montadora confirma o fim da produção de seu modelo pela parceira, o que levou a **Iveco** a encerrar as atividades da linha e demitir 300 trabalhadores nesta semana.

“Trata-se apenas de uma estratégia industrial. Não desistimos do produto, vamos continuar a vender, só não podemos dizer por enquanto de onde virá”, afirma o diretor comercial da FCA Brasil, Sérgio Ferreira, confirmando que a Fiat Ducato deixou de ser fabricada no Brasil. Enquanto isso, ainda há estoque suficiente para vendas nos próximos meses, garante o executivo. Atualmente, o modelo é fabricado em dois países: México e Itália.

Neste ano as vendas do furgão até novembro somaram 2,7 mil unidades, volume que deixa a Ducato na 15ª posição no ranking de comerciais leves, à frente da Iveco Daily, por exemplo. Na categoria furgão, a Ducato fechou novembro em segundo lugar, atrás apenas do Renault Master.

Apesar disso, os emplacamentos do modelo caíram consideravelmente em um ano: em 2015, a Fiat entregou pouco mais de 7 mil unidades. Se as vendas de dezembro repetirem as de novembro, a Ducato deverá fechar o ano com menos de 2,9 mil unidades, o que representaria uma queda de 60%.

A mesma linha de Sete Lagoas, que agora deixa de fabricar a Fiat Ducato, também era a responsável pela produção nacional dos modelos Peugeot Boxer e Citroën Jumper em uma parceria entre os grupos FCA e PSA, embora em volumes muito menores. Ainda não há confirmação se a PSA também deixará de produzir estes veículos no País.

Siemens e São Martinho se unem à ABiogás

16/12/2016 – Automotive Business



A Siemens e o Grupo São Martinho se uniram à Associação Brasileira de Biogás e Biometano (ABiogás) para o desenvolvimento do insumo no Brasil. As empresas viram na ABiogás um meio de unir forças a fim de viabilizar políticas públicas para inserção do biogás e do biometano na matriz energética do País.

Com a entrada das empresas, a ABiogás soma um time de 25 agentes em todo o Brasil que se dedicam ao desenvolvimento, produção e consumo do biogás e do biometano.

A Siemens atua na área de tecnologia de geração de combustíveis biológicos e produtos químicos a partir de gases de resíduos industriais.

Já o Grupo São Martinho produz energia do biogás a partir de vinhaça, resíduo derivado da fabricação de etanol. A usina instalou biodigestores para produzir o biogás, empregado como fonte de energia complementar.

Para o presidente da ABiogás, Cícero Bley Júnior, a iniciativa das companhias em se unirem à associação vai trazer ainda mais força ao setor diante do governo para criação de políticas públicas que viabilizem a inserção do biogás na matriz energética, como a criação de leilões de energia, simplificação tributária e desonerações na cadeia produtiva de equipamentos envolvidos na fabricação de biogás e biometano.

Simples trouxe conquistas, mas ainda há desafios pela frente, diz Sebrae

16/12/2016 – PEGN

Ampliar o número de empresas que podem optar pelo regime diferenciado de tributação é uma das metas



Bruno Quick Lourenço, gerente de políticas públicas do Sebrae, durante seminário no RJ (Foto: Adriano Lira)

Lançado há dez anos, o Simples, regime de tributação facilitado para pequenos negócios, trouxe uma série de benefícios para o empreendedor. No entanto, ainda existe um caminho longo a seguir para aprimorar o ambiente de negócios no Brasil.

As conquistas e desafios do Simples foram discutidos em um painel do Seminário 10 Anos Simples Nacional, realizado nesta quinta-feira (15/12) no Rio de Janeiro. O evento foi organizado pelo Sebrae e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os benefícios trazidos pelo regime de tributação na última década foram avaliados em uma pesquisa realizada recentemente pelo Sebrae com 4.385 negócios optantes do Simples, apresentada no evento por Bruno Quick Lourenço, gerente de políticas públicas da entidade. Para 90% dos entrevistados, a principal vantagem do regime é tornar possível para os empreendedores checar se estão em dia com suas obrigações tributárias.

A segunda maior vantagem, segundo 82% dos participantes, é saber exatamente quanto estão pagando em seus impostos. Em terceiro lugar (77%), aparece a redução da quantidade de tributações. E, em quarto, a redução da burocracia (76%).

"Fala-se muito que os empreendedores querem pagar menos e enfrentar menos burocracia", afirma Lourenço. "No entanto, é importante ressaltar que eles desejam mesmo é pagar tudo em dia."

Ele destacou ainda o pioneirismo do Simples que, desde 2006, determina que os pagamentos devem ser feitos digitalmente. "Em pleno 2016, ainda há vários tributos que não foram informatizados. Isso mostra que o Simples deve servir como um parâmetro para a política tributária que desejamos."

Na mesma pesquisa, os empreendedores apontaram o maior desafio do regime hoje: ampliar o número de segmentos que pode optar pela tributação simplificada. A alternativa foi escolhida por 89% dos consultados.

ICMS e reforma

O **Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** foi criticado por Lourenço no painel. Segundo ele, o tributo atrapalha os pequenos negócios do país. "O ICMS tem uma série de alíquotas e entraves burocráticos que consomem tempo e dinheiro do empreendedor", afirma. "Estudos do Sebrae mostram a relação entre este imposto e os problemas nas pequenas empresas. Quanto maior o ICMS, menor a quantidade de empregos criados e menor fica o faturamento do negócio."

O gerente do Sebrae também defendeu uma reforma tributária no país. "Precisamos discutir o que queremos para os nossos negócios aonde planejamos chegar em termos de legislação. Devemos manter a eficiência do Simples e trabalhar para tornar melhor a vida dos empreendedores", diz Lourenço.

BMW e IBM firmam parceria com foco em inteligência artificial

16/12/2016 – Automotive Business



A BMW e a IBM anunciaram parceria na área de desenvolvimento. O foco do acordo está no Watson, avançado sistema de inteligência cognitiva da empresa de tecnologia, capaz de armazenar bancos de dados, aprender e usar o conhecimento adquiridos em diversas aplicações. A mais conhecida é na área da saúde, com a possibilidade de o Watson oferecer consultoria a médicos, por exemplo, na busca pelo tratamento mais adequado para determinado paciente.

Com a BMW, a IBM pretende investigar como o recurso pode ser aplicado para tornar os carros mais seguros e personalizados.

O maior potencial está nos sistemas de assistência à direção usados na condução autônoma. Um time de engenheiros da BMW vai trabalhar com pesquisadores da companhia de tecnologia no Watson Internet of Things, centro de desenvolvimento do sistema localizado em Munique, na Alemanha.

Inicialmente, quatro unidades do superesportivo híbrido i8 da montadora serão conectadas à plataforma Bluemix da IBM. A partir disso, as empresas pretendem avançar no desenvolvimento da interface do carro, com interação mais personalizado entre o condutor e o veículo.

O Watson terá as informações do manual do carro. Com isso, será capaz de responder perguntas e encontrar soluções para o motorista.

O sistema também vai incorporar conhecimento sobre o trânsito, o clima e ainda o comportamento do motorista, personalizando a experiência em busca de mais segurança, performance e conforto, como mostra o vídeo abaixo.

"Na nossa visão, embora o carro continue como um importante meio de transporte individual, a experiência ao volante vai mudar na próxima década mais do que em qualquer outro momento da história do automóvel", apontou em comunicado Harriet Green, executivo da IBM que lidera o centro de desenvolvimento do Watson.

Volare cria micro para minas chilenas

16/12/2016 – Automotive Business



A Volare desenvolveu em parceria com uma mineradora chilena um micro-ônibus com tração integral. A fabricante vai fornecer 15 unidades para a operadora que transporta os trabalhadores em minas de cobre de regiões de difícil acesso nos Andes.

Segundo a Volare, os ônibus são semelhantes àqueles do Caminho da Escola para áreas rurais, mas além da tração 4x4 com reduzida eles trazem várias alterações por causa de condições extremas de umidade, temperatura e da corrosão provocada pela alta salinidade.

O assoalho tem vedação mais eficiente. O sistema elétrico foi revisto em seus módulos, cabos, conexões e a bateria está fixada em um ponto mais alto. O filtro de ar reposicionado em um ponto mais alto e o sistema de aquecimento é mais potente.

As suspensões são mais altas que as do Caminho da Escola rural e as caixas de roda têm maior abertura para o uso de corrente nos pneus, o que ajuda em trechos com muita lama ou neve.

BNDES faz convênio com BID para linha de até US\$2,4 bi

16/12/2016 – CIMM

O BNDES anunciou nessa quinta-feira convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que prevê créditos de até 2,4 bilhões de dólares que serão destinados ao financiamento de investimentos produtivos e sustentáveis, informou a instituição nesta quinta-feira.

A primeira operação com o BID já foi aprovada e será de 750 milhões de dólares com recursos voltados para programa de financiamento de energias sustentáveis como eólica, solar, biomassa e outras fontes.

"A captação terá contrapartida local de até 150 milhões de dólares. Os projetos apoiados pelo BNDES contribuirão para o cumprimento das metas de redução de gases de efeito estufa do Brasil perante a Convenção da ONU sobre Mudanças do Clima e do Acordo de Paris", disse o BNDES em comunicado.

O BNDES terá prazo de desembolso de até quatro anos da data de assinatura do contrato, carência de 54 meses, e taxa de juros baseada na Libor de três meses, acrescida da margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do BID.